Universidade de São Paulo
Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"
Centro de Energia Nuclear na Agricultura

O Parque Itinguçu, Município de Iguape-SP: a problemática da relação Estado e população local

Jerusha Mattos Câmara

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Ecologia Aplicada

Piracicaba
2009

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

Jerusha Mattos Câmara
Bióloga

O Parque Itinguçu, Município de Iguape-SP: a problemática da relação Estado e população local

Orientadora:
Prof[a]. Dra. MARIA ELISA DE PAULA EDUARDO GARAVELLO

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Ecologia Aplicada

Piracicaba
2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
DIVISÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO - ESALQ/USP

Câmara, Jerusha Mattos
O Parque Itinguçu, Município de Iguape-SP: a problemática da relação Estado e população local / Jerusha Mattos Câmara. - - Piracicaba, 2009.
91 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", 2009.
Bibliografia.

1. Áreas de conservação - Juréia-Itatins (SP) 2. Co-gestão 3. Parques estaduais 4. População 5. Proteção ambiental 6. Sustentabilidade I. Título

CDD 333.72
C172p

"Permitida a cópia total ou parcial deste documento, desde que citada a fonte – O autor"

À Deus, meu Pai amado, aquele que tem
me abençoado e me guardado,
à Cristina, minha mãe, com gratidão.

Dedico

AGRADECIMENTOS

Dificilmente poderei enumerar as diversas pessoas e instituições que me auxiliaram nesta caminhada, mas a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para que este sonho se realizasse o meu muito obrigada.

À profa. *Maria Elisa Garavello*, pela confiança e por ter me levado a conhecer o mundo acadêmico de uma maneira única e transformadora. Obrigada pela disposição em me orientar e em se preocupar com a minha formação. Sou grata por tudo.

Ao profº *Dálcio Caron*, que me inspirou a encontrar um caminho neste trabalho e por ter ouvido minhas dúvidas e anseios.

À *Márcia Regina Farias da Silva* companheira de todas as horas, a quem corri nos momentos de dificuldade e angústia e que me dedicou bons momentos de debate e esclarecimentos. Obrigada por sua amizade.

À profa. *Silvia Molina* por ter me indicado um caminho para orientação quando já estava sem esperança.

Aos professores *Antônio Almeida e Adalmir Leonídio* pelas contribuições e pelos ensinamentos.

Ao profº *Luiz Carlos Beduschi Filho* por ter sido solícito em me ajudar.

Ao profº *Renato Queiroz* que me levou a ver as Ciências Humanas com outro olhar e a quebrar velhos paradigmas.

Ao Instituto Florestal e seus funcionários, *Joaquim, Jeannette, Otto e todos os guardas* que me ajudaram para que este trabalho fosse possível.

Aos *moradores do Itinguçu*, por terem me permitido participar de seu cotidiano e me proporcionarem momentos de diálogo.

Ao estagiário *Welington* pelo apoio nos trabalhos de campo.

À bióloga *Ericka Martins de Matos* por ter me apresentado o Itinguçu e me acolhido durante o levantamento de campo. Sua ajuda foi fundamental para o início do processo.

Aos meus amigos: *Carol, Ester, Marcelo Zuppani* pelo apoio nos momentos difíceis e pelas orações.

À *CAPES* – Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela concessão da bolsa de estudo.

À *Regina Freitas*, secretaria do PPGIEA, pela gentileza e paciência durante todo o mestrado.

À minha amada mãe, minha coluna, meu exemplo, meu tudo. Obrigada por me fazer quem sou e por ter confiado em mim, pelo incentivo e apoio nesta jornada. Sem sua motivação nada disso seria possível.

Em especial agradeço aos meus amados irmãos *Bertrand, Ramon* e *Otávio* por terem sido meu apoio, alicerce, companheiros de uma vida. Obrigada pelo amor e carinho que tiveram por mim, sem vocês nada disso faria sentido.

À Deus, o Todo Poderoso, meu Pai amado, a quem tudo devo, minha razão de viver.

“**Dever de Sonhar**

Eu tenho uma espécie de dever, dever de sonhar, de sonhar sempre,
pois sendo mais do que um espetáculo de mim mesmo,
eu tenho que ter o melhor espetáculo que posso.
E, assim, me construo a ouro e sedas, em salas
supostas, invento palco, cenário para viver o meu sonho
entre luzes brandas e músicas invisíveis“.

Fernando Pessoa

SUMÁRIO

RESUMO..... 11
ABSTRACT 13
LISTA DE FIGURAS 15
1 INTRODUÇÃO 177
1.1 Objetivos.....199
2 DESENVOLVIMENTO..... 21
2.1 Revisão bibliográfica..... 21
2.1.1 As visões de natureza e a idéia de áreas protegidas 21
2.1.2 A preservação ambiental e a constituição das unidades de conservação no Brasil..... 25
2.1.3 A problemática das U.C. e a permanência das populações humanas 29
2.1.4 A racionalidade ambiental: Uma visão da questão ambiental 34
2.2 Metodologia 38
2.2.1 Trajetória e coleta de dados 40
2.2.2 Sistematização dos dados 43
2.2.3 A área de estudo: A Estação Ecológica Juréia-Itatins 44
2.2.3.1 A atuação das ONGs na Estação 47
2.2.4 Local de estudo: O Núcleo Itinguçu 49
2.2.5 A ocupação humana do Núcleo Itinguçu 53
2.3 Resultados e discussões 57
2.3.1 A visão do Estado e sua relação com a população local.....577
2.3.2 A visão dos moradores 63
2.3.3 A formação do novo Mosaico da UC Juréia - Itatins..... 73
2.3.4 A importância da co-gestão como alternativa..... 81
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 85
REFERÊNCIAS..... 87

RESUMO

O Parque Itinguçu, Município de Iguape-SP: a problemática da relação Estado e população local

O presente trabalho aborda a complexidade da presença humana em áreas protegidas, a partir de um estudo de caso, o da população residente no bairro Itinguçu, no município de Iguape, Vale do Ribeira (SP), após a formação da Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI), além da relação do Estado com essa população, frente às restrições geradas pela Unidade de Conservação (U.C.), em relação ao uso do solo e à organização do espaço físico. Procurou-se identificar as diferentes visões de natureza dos atores sociais envolvidos, entendendo que tais visões foram construídas ao longo da história de cada um, com suas diferentes perspectivas e formas de atuação naquela localidade. O objetivo aqui é diagnosticar a problemática enfrentada pela população local do bairro Itinguçu, desde a transformação da área em Estação Ecológica, ocorrida em 1986, até a aprovação do novo Mosaico, no ano de 2006. Entende-se que a análise da questão ambiental ora apresentada requer uma sistematização do conhecimento e uma visão integradora para compreensão da realidade na sua complexidade, conforme defende Leff (2003). Dentro desta perspectiva, a busca por novas formas investigativas conduziu à adoção de uma abordagem qualitativa, visando o exercício interdisciplinar de produção do conhecimento. A aplicação dessa abordagem se faz necessária, uma vez que problemática ambiental é transversal e multidimensional, ou seja, reúne tanto os processos naturais, quanto os sociais, os culturais, os econômicos e os políticos. Concluiu com este estudo que uma alternativa viável de transformação da situação existente hoje no Itinguçu envolve uma complexidade de fatores, implicando numa maior flexibilidade do Estado com relação às vozes dos seus moradores de um lado, e de um comportamento mais consciente, de racionalidade ambiental, nos termos de Leff, também por parte dos moradores, com relação ás condições de acesso, manejo e domínio de seus recursos produtivos. (LEFF, 2001). Deste modo, o princípio da gestão participativa dos recursos se associaria a lutas emergentes na busca por uma democracia oriunda das bases, que assinala para uma reapropriação dos recursos naturais e para gestão coletiva dos bens e serviços ambientais das comunidades.

Palavras-chave: Áreas de conservação – Juréia-Itatins; Co-gestão; Parques estaduais; População; Proteção ambiental; Sustentabilidade.

ABSTRACT

Itinguçú Park, Iguape Municipality- SP: the problematic relation between the State and the local community

The current work aims to approach the complexity of human presence in protected areas, from a case study of Itungucu neighbor community in Iguape municipality, Vale do Ribeira, Sao Paulo, Brazil, after the formation of the ecological station Jureia-Itatins (EEJI). Here, is analyzed the relation between the state and the community, related to the imposition made by the conservation unit (U.C) restricting land use and physical space managing. There was an attempt to identify the different nature views of the social actors involved understanding that those visions were constructed over the years with their different perspectives and acting ways inside that town. The objective was to diagnose the problems confronted by the local community of Itingucu neighbor, since the transformation of the area in Ecological station, occurred in 1986, until the approval of the new mosaic in 2006.The environmental matter presented here requires a knowledge systematization and a integrity vision to understand the reality in it's complexity, according to Leff (2000). Inside this perspective, looking for new research ways, a qualitative approach was adopted, looking to the interdisciplinary knowledge production. This approach usage was necessary since the environmental problem is transversal and multidimensional, this is, bring together natural processes, as well as social, cultural, political and economic aspects. This study conclude that a feasible transformation alternative of the existing situation in Itingucu involves a complexity of factors implicating in more flexibility on behalf of the state in relation to its resident voices, in one hand, and in the other hand an aware behavior of environmental rationality in Leff terms, in behalf of residents to, in relation to access conditions, manage and control of their productive resources (LEFF, 2001).This way, the principle of participative resources managing could be associated to emerging conflicts looking for a democracy of basis, showing to the re-apropiation of natural resources and to collective co-managing of environmental services and goods inside the communities.

Keywords: Conservation units – Jureia-Itatins; Co-managing; State Park; Population; Environment protection; Sustainability;

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estação Ecológica Juréia-Itatins, SP 44
Figura 2 - Planta da Usina Nuclear – Nuclebras, SP.....45
Figura 3 - Localização da Cachoeira do Paraíso, no PE do Itinguçu, mostrando também a estrada de acesso a partir do Guaraú, em Peruíbe, SP 50
Figura 4 - Cachoeira do Paraíso, Estação Ecológica Juréia-Itatins/SP, 2007 52
Figura 5 - Mapa da ocupação humana na EEJI – 1990 53
Figura 6 - Foto das barracas no Itinguçu.....67
Figura 7 - Mosaico de UCs da Juréia-Itatins, SP.....74
Figura 8 - Mapa de pressões na área referente ao Parque Estadual do Itinguçu 79

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a complexidade da presença humana em áreas protegidas, a partir de um estudo de caso, o da população residente no bairro Itinguçu, no município de Iguape, Vale do Ribeira (SP), após a formação da Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI). Aborda também a relação do Estado com essa população, frente às restrições geradas pela Unidade de Conservação (U.C.), em relação ao uso do solo e à organização do espaço físico. Procurou-se identificar as diferentes visões de natureza dos atores sociais envolvidos, entendendo que tais visões foram construídas ao longo da história de cada um, com suas diferentes perspectivas e formas de atuação naquela localidade.

Considerou-se que um estudo dessa natureza requer uma compreensão histórica das mudanças ocorridas na região da Estação Ecológica Juréia-Itatins, marcadas pelos diversos ciclos econômicos e pelas políticas ambientais, visando a Conservação da Mata Atlântica, na qual a mesma encontra-se inserida.

As U.C. foram criadas como uma das estratégias empregadas pelo Estado, para assegurar a manutenção da biodiversidade, sendo efetivadas a partir do estabelecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) em 2000. Este sistema delimitou as normas que passaram a reger as U.C. e estabeleceram como critério a não permanência de populações humanas em áreas de proteção integral, como é o caso das Estações Ecológicas. Tal processo de criação por não levar em conta a existência de populações tradicionais e moradores locais, gerou polêmicas e embates entre as partes envolvidas.

É esse o contexto estudado da região onde foi criada a Estação Ecológica, e do núcleo populacional de Itinguçu, que se encontrava fora das determinações estabelecidas pelo SNUC: contexto complexo e dinâmico, pelas transformações ocorridas no modo de vida da população humana que habita a área, pelas ações políticas dos órgãos públicos para cumprimento da legislação e pelas discussões relativas à abordagem ambiental, social e cultural.

A polêmica em torno da presença das populações humanas em U.C. gera discussões em todo o mundo. A visão preservacionista de conservação de áreas protegidas, ou seja, aquela que não aceita populações humanas em U.C., começa a

dividir espaço com outra visão, dos chamados conservacionistas, que admite a manutenção de certas populações nessas áreas.

Com o surgimento dos embates relacionados à essa questão, a partir da década de 80 do século XX, o Brasil assume a posição dos conservacionistas internacionais, tanto por parte dos órgãos públicos, quanto dos movimentos ambientalistas, aceitando a presença das chamadas "populações tradicionais[1]", com a intenção de "*proteger*" ou "*preservar*" seu modo de vida, considerado "*harmônico*" com a natureza. (VIANNA, 1996).

No caso estudado, entretanto, da população do Núcleo Itinguçu, os moradores não se caracterizavam como sendo população "tradicional" e sim, adventícia antiga e recente, que chegou à região antes da formação da EEJI, tornando ainda mais controversa a problemática de sua permanência na Estação. Identificam-se aí diversos atores sociais, de diferentes setores da sociedade: as populações locais, as associações de moradores, as Organizações não-governamentais (ONGs), os movimentos ambientalistas, o poder público, além daqueles que estão interessados nas áreas naturais como os turistas, pesquisadores, empresários e entre outros.

Podem-se perceber assim, diferentes racionalidades relativas às formas de percepção, apropriação e manejo da natureza, fazendo emergir divergências no que se refere ao uso dos recursos naturais e à ocupação humana de áreas consideradas de interesse do Estado para a implantação de U.C.

A reflexão sobre tal problemática é que se constitui o foco do presente trabalho. Pretende-se estabelecer um debate sobre a complexidade ambiental e social, numa perspectiva local, ou seja, a problemática enfrentada pelo Núcleo Itinguçu, considerando que o estudo de questões locais pode servir como base para discussões de ordem global. Para tanto, o presente trabalho fundamenta-se no referencial desenvolvido por Leff, (2001a, 2001b, 2003, 2004, 2006). Segundo o autor, a crise ambiental é uma crise do nosso tempo, uma crise do conhecimento e não está restrita à localidade específica. O debate da complexidade ambiental leva à reflexão do

---

[1] Definido no Decreto Nº. 6.040 de 2007 Art. 3, Diretriz I como Povos e Comunidades Tradicionais "grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição".

pensamento sobre natureza construída por diferentes olhares e linguagens sobre o real (LEFF, 2004). Nessa direção, analisar a questão da presença humana especificamente no Itinguçu, e diagnosticar a relação que se estabelece entre o Estado e a população local, podem elucidar os embates referentes às questões socioculturais, ambientais e econômicos, em áreas protegidas.

Para responder as questões ora levantadas este estudo foi organizado em três capítulos que apresentam, sistematizam e discutem a investigação. No primeiro realizou-se uma revisão bibliográfica, sobre as temáticas pertinentes, a fim de apresentar as visões de natureza construídas ao longo da produção do conhecimento e que fundamentou a racionalidade moderna, o histórico de formação das Unidades de Conservação no mundo e no Brasil, a problemática em torno da presença humana em áreas protegidas e a racionalidade ambiental como conceito para discussão sobre a questão ambiental. O capitulo seguinte trata da abordagem e do procedimento metodológica que nortearam esta investigação, além disso, apresentou-se um histórico sobre a criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins em seus aspectos ambientais, sociais, políticos e econômicos, com a finalidade de se obter uma maior compreensão sobre o objeto de estudo. No terceiro apresentam-se os resultados e as discussões realizadas a partir dos dados analisados com base em autores como Leff (2001a, 2001b, 2003, 2006); Diegues (1998, 1999, 2000); Thomas (1998); Panzutti (2002) e entre outros, visando elaborar um “retrato” da EEJI.

1.1 Objetivos

Esta investigação tem por objetivo geral diagnosticar a problemática enfrentada pela população local do bairro Itinguçu, localizado no município de Iguape (SP), desde a transformação da área em Estação Ecológica, ocorrida em 1986, até a aprovação do novo Mosaico, no ano de 2006. Para tanto foram traçados como objetivos específicos: (a) identificar as diferentes visões de natureza internalizadas pelos diversos atores que compõem essa complexa relação, ou seja, população local e Estado; (b) compreender a participação do Estado como legislador e também em sua ação de intervenção na

administração e fiscalização da área estudada; (c) analisar, por parte da população, as estratégias de apropriação dos recursos naturais, para reprodução do modo de vida local; (d) identificar possíveis entraves e possibilidades de diálogo com vistas à co-gestão das áreas protegidas.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Revisão bibliográfica

2.1.1 As visões de natureza e a idéia de áreas protegidas

A definição de áreas protegidas surge a partir da idéia de áreas separadas ou reservadas, constituídas por meio de leis e obedecendo a critérios estabelecidos. Tais áreas são aquelas detentoras de aspectos naturais relevantes, protegidas da utilização econômica intensiva, ou dependendo da categoria, simplesmente reservadas à preservação.

A idéia de áreas protegidas é construída historicamente e a ela são atribuídas diferentes visões de natureza de acordo com o passar dos tempos e nos diferentes espaços. No Brasil a denominação de áreas protegidas é dada por Unidades de Conservação (U.C.). Segundo Diegues (1996) a formação das primeiras U.C., os parques nacionais nos EUA, no início do século XIX, estava embasada numa visão preservacionista e na noção super valorizada do “mundo selvagem” (*wilderness*), em contraposição à idéia de “mundo civilizado” difundida desde o início da Idade Moderna. Já no início do século XVIII, com a Revolução Industrial, observa-se que a relação homem-natureza era determinada pela dominação do homem sobre a natureza e, conseqüentemente, por sua exploração. No entanto, no final deste mesmo século, em decorrência do intenso processo de industrialização, urbanização e mecanização, dá-se início a uma transformação na visão de ambiente proporcionando um estímulo para reavaliação da noção de natureza e despertando novas sensibilidades.

De acordo com Thomas (1988), o início dos tempos modernos provocou sentimentos que poderiam tornar cada vez mais complicado os homens manterem os artifícios implacáveis que garantiam a dominação de sua espécie. O homem moderno conseguiu perceber que, de certa forma, passou a existir um acréscimo incontável das condições materiais, do conforto e de seu bem-estar; em contrapartida, percebeu uma insensível exploração de outras formas de vida. A partir deste momento gerou-se um embate crescente entre as novas sensibilidades e a base material da sociedade

humana. O campo “selvagem”, que até então era capaz de causar desprezo e até horror na maioria dos cidadãos, começou a ser valorizado, a ser considerado capaz de exercer uma força espiritual salutar sobre o homem (*idem*). O desenvolvimento da ciência no campo da história natural também cooperou para uma aproximação do homem com as áreas naturais e sua relação com as outras espécies.

Thomas (1988) afirma, no entanto, que os objetivos da história natural, no início da época moderna, ultrapassavam em muito as necessidades práticas, derivando de uma combinação de impulso religioso, curiosidade intelectual e prazer estético. Eram baseados numa crença de perfeição da criação divina e que a alteração do equilíbrio por ela estabelecido causaria enormes danos. Nesta visão até mesmo as espécies aparentemente nocivas tinham sua razão de existência. Este espírito, ligado ao sentido de estima da natureza e de utilidade de algumas espécies, reforçado pelos estudos desenvolvidos pela história natural, teria fundamentado os primeiros movimentos de proteção a alguns animais e plantas selvagens. Na Inglaterra do século XIX, por exemplo, começaram a ser criados jardins paisagísticos, reservas e cinturões verdes.

A criação do *Parque Nacional de Yellowstone*, nos EUA em 1872, surge dentro do mesmo contexto da Revolução Industrial observada na Europa, onde a inquietação com a destruição da natureza ocasionada pela exploração crescente dos recursos naturais, os intensos desmatamentos e a poluição ambiental gerou uma mudança de postura.

Mesmo considerando que foi na Inglaterra que se iniciaram as idéias pioneiras do ambientalismo, foi nos EUA, com a grande oferta dos “campos selvagens”, que foi possível estabelecer a primeira área protegida do mundo. Em 1914 na Europa foi criado o *Parque Nacional dos Alpes.* (DIEGUES, 1998).

A criação do *Yelowstone* introduziu legalmente a prática do conceito de áreas protegidas, cujo enfoque principal era a proteção dos recursos naturais, a fim de garantir a preservação dos valores estéticos e paisagísticos, além de disponibilizar áreas que servissem como ambientes de laser para os habitantes das cidades.

Mas, no decorrer dos tempos o conceito de área protegida foi sofrendo mudanças, graças ao fortalecimento das idéias ambientalistas. A partir da metade do século XX, essas mudanças ainda foram alicerçadas pelas inquietações no campo

científico. Para Diegues (2000) foi graças a essas inquietações, que foi criado em 1948, o primeiro organismo internacional ligado à Organização das Nações Unidas (ONU) com interesse ambiental, atualmente denominado de União Mundial para a Natureza (UICN).

Para Drummond (1997), a partir da formação da UICN os critérios empregados para selecionar as áreas que deveriam ser protegidas mudaram. A preocupação em preservar áreas por sua exuberância paisagística deixa de ser primordial e inicia-se o momento em que os critérios científicos servem como base para definir as áreas a serem protegidas, levando em consideração a proteção dos ecossistemas, a defesa da diversidade biológica e os ciclos reprodutivos de espécies animais e vegetais; garantindo, também, que os aspectos sociais e de educação ambiental fossem observados.

A idéia e a prática de formação das áreas naturais protegidas se tornou um dos principais estratagemas do movimento ambientalista no mundo. No entanto, este movimento tem se mostrado dual quando se refere aos conceitos de preservação e conservação: o primeiro está ligado à manutenção de áreas “intocadas”, onde o homem não teria lugar de grande importância na natureza; o segundo está atrelado à idéia de que a conservação da natureza está intimamente ligada à sobrevivência e ao bem-estar das populações humanas no mundo. Mas, esta imagem dual de natureza e sociedade segundo Leis (1999) está intimamente ligada à cultura moderna e ocidental.

Segundo Diegues (1998) no final do século XVIII as idéias divergentes entre White e Linnaeus podem ser consideradas como pioneiras das concepções de preservação e conservação. O primeiro acreditava na relação harmônica entre os seres humanos e as demais espécies. Linnaeus, no entanto, defendia uma hierarquia entre os seres vivos, onde o ser humano estaria no cume, demonstrando sua visão mais antropocêntrica. Para Leis (1999) não era possível procurar no século XVIII autores que já tivessem uma postura ambientalista, mas estes influenciaram sobremaneira a criação de diversas sociedades de história natural e clubes de campo, onde a Europa foi um dos principais centros dessas criações.

Foi com os americanos Pinchot e Muir, no início do século XIX, que a dualidade dos conceitos relacionados à preservação aflorou, marcando a história do movimento

ambientalista e estimulando as discussões relacionadas à formação das U.C. (DIEGUES, 1998). A idéia de Muir era a de que deveriam existir áreas intocadas, sem que houvesse uso humano, defendendo uma visão preservacionista das áreas protegidas. Pinchot, diferentemente, acreditava que seria viável conciliar a preservação ambiental com o uso dos recursos naturais. Para Diegues (1999), Pinchot pode ser considerado como um pioneiro do que chamamos atualmente de desenvolvimento sustentável.

Leis (1999) declara que, ainda hoje, de certa maneira, as discussões no campo ambiental estão alicerçadas nesta dualidade, ainda que exista um aumento na percepção de que muitas demandas sociais estão intrinsecamente relacionadas a problemas concernentes à conservação ambiental.

Entender, mesmo que suscintamente, as diversas visões que fundamentam as estratégias do ambientalismo contemporâneo no mundo auxiliam na compreensão de sua dualidade e no entendimento da diferenciação entre preservacionismo e conservacionismo.

Diegues (1998) esclarece que os propósitos ambientalistas contemporâneos estão distribuídos, principalmente, entre as escolas da Ecologia Profunda, da Ecologia Social e do Eco-Socialismo/Marxismo. A primeira tem caráter biocêntrico e imputa uma importância essencial à natureza e isso de forma independente do homem. O valor de proteger as áreas naturais independe do benefício que as mesmas possam trazer à sociedade, a preservação da natureza é importante por si só. A Ecologia Profunda foi proposta pelo filósofo norueguês Arne Maess em 1973, sucedido pelos americanos George Sessions e Bill Devall, além do australiano Warwick Fox. No que se refere à Ecologia Social e à Eco-Sociologia ambas tiveram grande influência do pensamento marxista e acreditam que o capitalismo gerou a depredação dos recursos naturais e os problemas ambientais que o mundo vem sofrendo.

Murray Bookchin foi o principal pensador da Ecologia Social e sustentava a idéia de que os problemas ecológicos atuais estão arraigados e profundamente assentados em problemas sociais, particularmente no domínio dos sistemas políticos e sociais hierarquizados. Apresentava uma visão mais abrangente de natureza e de como a sociedade se relaciona com ela. (DIEGUES, 1998).

Os ecomarxistas, segundo Diegues (1998, p. 47), defendem que a “visão da natureza para Marx é tida como estática, pois a considera apenas em virtude da ação transformadora do homem, por meio do processo de trabalho, proporcionando-lhe as condições naturais desse trabalho e o arsenal dos meios de subsistência”.

Ao se levantar as diferentes visões de natureza embutidas na criação das U. C. pode-se compreender como o Estado define seus critérios de preservação ambiental, qual o papel do poder público em relação à aplicação desses critérios, e como os demais atores sociais embasados, também, em suas próprias visões de natureza refletem seus interesses e sua forma de apropriação dos recursos.

2.1.2 A preservação ambiental e a constituição das unidades de conservação no Brasil

As áreas destinadas à preservação ambiental, no mundo e no Brasil, são sujeitas a um regime de proteção externo. É o Estado que decide quais as áreas a serem colocadas sob proteção e sob que modalidade e, de forma independente; é ele que formula e executa os respectivos planos de manejo. (DIEGUES, 1998). Cabe esclarecer que neste estudo entende-se por Estado, conforme estabelece Dilermando (2004), aquelas instituições governamentais que tratam da temática ambiental. Inserem-se nesse leque, também, as instituições, que embora não estejam vinculadas à administração direta dos governos, tem reguladas as suas ações e deliberações pela mesma, como as agências de águas, os conselhos de meio ambiente, os comitês de bacias hidrográficas, entre outros.

Segundo Pádua (2004), o engenheiro, botânico e, também, geólogo André Rebouças (1833-1898), foi o pioneiro no Brasil, no que se refere à ética conservacionista. Inspirou-se pela formação de *Yellowstone* e passou a defender a importância de se criarem áreas protegidas no Brasil. Após sua morte alguns anos se passaram até que Luis Felipe Gonzaga de Campos começou a reivindicar a criação de parques nacionais. Para este fim organizou um mapa dos ecossistemas brasileiros, cuja publicação ocorreu apenas em 1912. Tal mapa possibilitou a formação da Reserva

Florestal do Território do Acre, em 1911, cuja área correspondia a 28.000 km² (COSTA, 2004). Como o Brasil ainda não contava com uma legislação que garantisse a manutenção do *status* dessa área, a Reserva Florestal foi ignorada. (GARCIA, 1986).

Em 1934 foi regulamentado o Decreto 23.793, de 23 de janeiro deste mesmo ano, que estabeleceu o Código Florestal, marco legal dos parques nacionais. A partir disto formou-se em 1937 o primeiro parque nacional, no Estado do Rio de Janeiro, o Parque de Itatiaia, com o intuito de preservar uma grande porção de Mata Atlântica (RYLANDS, 2005).

Após o estabelecimento do Código Florestal o autor afirma que ocorreu uma expansão no número de unidades de conservação, apesar dos primeiros parques nacionais terem sido estabelecidos apenas a partir de 1937.

No Brasil, no entanto, as idéias de formação de áreas protegidas chegaram com certo atraso e dificuldade. A implantação do modelo econômico conhecido como "Milagre Brasileiro", na década de 1970, desencadeou um crescimento rápido da economia brasileira, com o incentivo à industrialização a qualquer preço e à criação de mega-projetos, como por exemplo, os centros petroquímicos. A chamada "Revolução Verde", em curso desde a década de 1960, implantou a modernização da agricultura e incentivou a produção em larga escala de maquinários e insumos químicos agrícolas, além de ter propiciado uma imensa concentração de terra e renda em todo o país. Estes processos provocaram enormes impactos ambientais e sociais no Brasil.

Como uma espécie de contrapartida a estes impactos, foi no período de 1970 a 1986, durante o regime militar, que foi criada a maioria das U.C. hoje existentes no país. Segundo Urban (1998), na opinião de Maria Tereza Jorge Pádua[2] um dos motivos do interesse dos militares na criação das áreas protegidas era de que defender uma área era cercá-la contra os inimigos, sendo esse um raciocínio militar.

Este fato, provavelmente influenciou a forma autoritária pela qual estas unidades foram criadas, sem a participação das populações envolvidas nem da sociedade em geral neste processo. A redemocratização do país, que teve início na década de 1980, e a entrada em cena dos movimentos sociais, contribuíram para o questionamento

[2] Fundadora da Funatura, membro do Conselho da Fundação O Boticário de Proteção à Natureza e da comissão mundial de Parques Nacionais da UICN.

deste modelo e para a compreensão, por diversos setores da sociedade, da existência de diferentes formas de organização social e territorial. Grande importância para isto teve a participação dos seringueiros na construção de um espaço político no cenário nacional.

A administração das unidades de conservação federais de início era encargo do Ministério da Agricultura, sendo que em 1967, a responsabilidade passa ao recém fundado Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), que teve por função, durante vários anos, criar parques com o auxílio da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), fundada em 1973. Com o passar dos anos, em 1981, a SEMA dá início ao programa de formação das estações ecológicas (RYLANDS, 2005).

Contudo, a partir da década de 70, do século XX, a visão do desenvolvimento sustentável[3] assume sua importância nas demandas de formação das unidades de conservação brasileiras. No ano de 1979, é organizada uma proposta do SNUC para o Brasil, promovida pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), na tentativa de demonstrar o início de uma preocupação do uso de métodos técnico-científicos na formação e implantação das unidades de conservação. (DIEGUES, 1998).

A Constituição Federal do Brasil de 1988 tem como intuito, através de seu Artigo nº225, § 1º, inciso III, garantir que o cidadão tenha direito a um meio ambiente equilibrado. Determina ao Poder Público, além de outras funções, o dever de “definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo sua alteração e supressão permitidas somente se através de lei”.

Segundo Rylands (2005) na busca por uma estrutura que unificasse os esforços para criação das U.C., o IBDF e a SEMA se ligam, formando após 1989, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que delimita responsabilidades às suas diretorias quanto aos parques nacionais, estações ecológicas e reservas biológicas, estabelecendo inclusive as políticas de criação e utilização dessas U.C. Atualmente, a responsabilidade da administração das U.C. que

[3] Conceito que surge a partir de estudos das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas, subtendido como a necessidade de conciliar o desenvolvimento econômico da sociedade com a promoção do desenvolvimento social, respeitando o meio-ambiente.

integram o SNUC, na esfera federal, está o IBAMA e o Instituto Chico Mendes, órgão fundado recentemente, coordenados pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Com a criação do IBAMA a proposta de SNUC elaborada em 1979 é revista e re-elaborada. O SNUC passa a incluir alguns itens, antes não contemplados: inclui como categoria de U.C. a chamada Reserva Extrativista antevendo o manejo de recursos naturais, além de contemplar a continuidade de populações, acima de tudo das populações tradicionais, em área de unidade de conservação. Essa nova tendência demonstra uma mudança no caráter preservacionista apresentados pelas unidades de conservação criadas até este momento. (DIEGUES, 1998).

O SNUC foi instituído pela Lei Federal 9.985/2000 e trouxe uma série de diretrizes e normas visando à modernização da gestão e do manejo das áreas protegidas no Brasil. Esta lei sugere que os estados e os municípios também criem os seus sistemas de unidades de conservação e, assim, contribuam para o cumprimento das metas e objetivos relativos à proteção da diversidade biológica em níveis nacional e internacional. O que gerou o SNUC foram os inúmeros debates entre os diversos atores que integram a sociedade brasileira na busca constante pela defesa de seus interesses quanto à preservação ambiental. Nestes debates surgiram os embates e as disputas na defesa de interesses próprios, por parte de instituições privadas e públicas, ambientalistas, comunidades locais, ONGs, cientistas, políticos, fundações e associações de origem nacional ou internacional.

Segundo Rylands (2005), em virtude da grande diversidade de situações presentes na realidade brasileira, o SNUC divide as Unidades de Conservação em dois grandes grupos:

- As **Unidades de Conservação de Proteção Integral** que visam preservar a natureza em áreas com pouca ou nenhuma ação humana, onde não se permite a utilização direta de recursos naturais. São subdivididas em cinco categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre.

- As **Unidades de Conservação de uso Sustentável** que associam a conservação da natureza à utilização controlada dos recursos naturais. São subdivididas em sete categorias: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante

Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Sendo definida como uma Estação Ecológica, a área do presente estudo Juréia-Itatins, se enquadra dentro da categoria de proteção integral, a qual excluiria, portanto, a presença humana em seu interior.

A ampliação da discussão sobre a presença humana em unidade de conservação se faz necessária nesse momento.

2.1.3 A problemática das U.C. e a permanência das populações humanas

Foi apenas a partir das décadas de 1960 e 1970, que começaram a serem discutidas pelas organizações ambientalistas internacionais questões referentes à presença humana em áreas protegidas e a se questionar a expulsão destes grupos, prática considerada obrigatória até então. Particularmente importante, neste sentido, foi o Terceiro Congresso Mundial de Parques Nacionais, em Bali, na Indonésia, quando, segundo relata Diegues (1998), recomendou-se que os responsáveis pelas áreas protegidas utilizassem em seu planejamento e manejo os conhecimentos destas comunidades e que as decisões fossem tomadas em conjunto com elas.

Na década de 1980, o debate sobre populações e conservação ambiental já tinha avançado bastante no mundo, caracterizando-se como um tema recorrente nos Congressos Mundiais de Parques Nacionais. Este debate concentrava-se na crítica à expulsão das chamadas “populações tradicionais” das U. C., no reconhecimento de uma relação destes povos com seus ecossistemas, diferenciada da urbano-industrial e na necessidade de sua participação no controle e no uso dos recursos naturais.

Vale ressaltar que, segundo dados de 1985 da IUCN, cerca de 70% das áreas protegidas do mundo são habitadas; este dado sobe para 86% para a América Latina. (COLCHESTER, 2000), não podendo, portanto deixar de ser discutida.

Em 1992, o IV Congresso Mundial de Parques, em Caracas, teve como título “Povos e Parques”. Neste Congresso ficou patente a preocupação com o respeito às “populações tradicionais”, vistas como detentoras de grande conhecimento de seus

ecossistemas e participante de sua conservação. Outra grande preocupação deste Congresso foi a de convencer estas populações de que as áreas protegidas poderiam lhes trazer benefícios, ao mesmo tempo em que era importante a sua participação no projeto de conservação. Desta forma, foi sugerido que estas fossem incorporadas a projetos de desenvolvimento rural em zonas-tampão, regiões nos limites das unidades que teriam a função de diminuir os impactos sobre elas (DIEGUES, 1996).

Little (2002) relata que a partir da realização do I Encontro Nacional dos Seringueiros, em 1985, em Brasília, as reivindicações territoriais dessa classe resultaram na formulação de políticas públicas territoriais e no apoio de diversos setores da sociedade civil internacional, culminando em duas conquistas importantes: (a) o estabelecimento dos Projetos de Assentamento Extrativista, dentro da política de reforma agrária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 1987, e (b) a criação da modalidade das Reservas Extrativistas dentro da política ambiental do País, em 1989.

Da mesma forma, como resultado dos movimentos sociais e das lutas políticas em busca de afirmação de seu espaço social, tanto os remanescentes das comunidades de quilombos quanto os povos indígenas conseguiram reconhecimento de seus territórios pela Constituição de 1988. Durante todo este período, apesar de existirem no país vozes contrárias, o modelo de unidades de conservação que não leva em consideração as populações que vivem nas áreas antes da implantação da unidade ainda é o hegemônico. No SNUC, as unidades do tipo “Proteção Integral” ainda proíbem claramente a presença de moradores em seu interior (LITTLE, 2002).

Ao considerar as afirmações do autor, é possível identificar aspectos contraditórios entre o discurso acima e a prática das instituições governamentais quanto a esta questão.

Atualmente, se reconhece a importância de incluir as populações locais no projeto de conservação das áreas, como é afirmado no documento da Convenção sobre a Diversidade Biológica (Ministério do Meio Ambiente, 2000). Tem-se definido ser imprescindível o apoio da sociedade em geral e das populações vizinhas em particular, para assegurar a proteção, a longo prazo, dos recursos naturais. Todavia, isto é descrito somente para zonas vizinhas ou do entorno e nunca para populações que

vivem no interior das unidades. Este é um dos principais embates na formação das Unidades, já que na maioria dos casos, as U.C. foram criadas em territórios já ocupados por populações tradicionais ou não.

Estes aspectos contraditórios, que também se encontram presentes na área de estudo deste trabalho, devem-se provavelmente às divergências de posições sobre a idéia de conservação da natureza e sobre o papel das áreas protegidas no interior das instituições, cabendo ressaltar, como se vê abaixo, que existem dentro das próprias instituições públicas que administram as U.C., diferentes visões sobre preservação.

Foi, principalmente, com as contribuições trazidas do Congresso Mundial de Parques, em 1992, em Caracas, que este debate tomou maior importância no Brasil, embora tenha sido criado ainda em fevereiro de 1992 o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais – CNPT, dentro do IBAMA. A finalidade da criação deste centro foi promover a elaboração, a implantação de planos, programas, projetos e ações demandadas por estas populações através de suas entidades representativas e/ou indiretamente, através de órgãos governamentais constituídos para estes fins ou ainda por meio de ONGs.

Em referência ao CNPT, o IBAMA em seu site, evidencia as dificuldades enfrentadas para a sua implementação. Segundo relata, o CNPT teria sido rejeitado por alguns setores do próprio órgão que não compreendiam sua função. O texto relata ainda que foi difícil para o CNPT se estabelecer como setor do IBAMA devido a uma dificuldade da instituição em lidar com questões sociais. É possível depreender daí disputas por hegemonia entre visões diferenciadas sobre as relações entre natureza e sociedade, meio ambiente e conservação, que permeiam o pensamento ambientalista, e isso dentro dos próprios aparelhos de Estado; disputas estas que parecem estar longe de serem resolvidas[4].

O intenso processo de discussão sobre este tema, que ocorreu durante a tramitação da lei do SNUC, demonstra o quanto esta questão está colocada no universo do ambientalismo brasileiro e a dimensão do impasse que ainda vivemos. Apesar disso, a presença das populações, consideradas tradicionais, nas unidades tem sido tratada de forma mais cuidadosa pelos órgãos ambientais porque, segundo a

[4] IBAMA. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/resex/cnpt.htm>. Acesso em 10 out. 2008.

legislação do SNUC, para que estas sejam removidas de suas áreas é preciso que seja possível realocá-las em locais semelhantes. Na maioria dos casos, estes locais são também U.C. Assim, muitos grupos têm permanecido dentro das unidades, tendo, entretanto restritas suas práticas culturais de uso dos recursos naturais, o que dificulta e, às vezes, inviabiliza sua permanência na área.

O Decreto Estadual nº 32.412/90, que dispõe sobre a Estação Ecológica Juréia-Itatins, em São Paulo, já definia em seu Art. 3º que "integram as populações tradicionais aqueles que têm moradia habitual e principal atividade de subsistência no local, em área de ocupação efetiva de até 10 hectares". O § 2º do mesmo artigo dispõe que só "serão considerados integrantes de comunidades tradicionais [...] aqueles que exercerem suas atividades de subsistência de forma compatível com os objetivos de conservação previstos para a Estação Ecológica".

Percebe-se que a problemática em torno da presença de populações humanas em U.C. está longe de se resolver. Observa-se um esforço na minimização de conflitos, através de políticas públicas que dêem resposta às dificuldades enfrentadas pelas populações locais, mas a diferença na forma em que órgãos públicos e moradores vêem a relação homem-natureza tem dificultado o encontro de soluções mais efetivas. Segundo Paz (2006) o SNUC passa a contemplar a criação de reservas extrativistas em virtude do colapso que o sistema vem sofrendo, ameaçado constantemente pelos conflitos entre Estado/gestores e populações locais.

Simões (2008) salienta que o SNUC recomenda a formação de mosaicos e redes de unidades de conservação. Esta medida busca resguardar o maior número de áreas naturais por meio da gestão integrada e participativa com a sociedade. Dentro dessa perspectiva de gestão integrada e participativa, é que a Lei que instituiu o SNUC passa a garantir a participação da sociedade em todo o processo de criação, implantação e gestão das unidades de conservação, principalmente, através da atuação junto ao Conselho Consultivo ou Deliberativo. Outra possibilidade aberta pelo SNUC é a gestão compartilhada (co-gestão) da unidade de conservação por Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

Assim, a partir da década de 90 começam a surgir as primeiras áreas inseridas na categoria Unidade de Conservação de Uso Sustentável, como alternativa para

solucionar conflitos existentes entre os grupos sociais e a proteção da natureza. Este é o caso das Reservas Extrativistas (Resex), como por exemplo, a Reserva Extrativista Chico Mendes, no Acre, e também das Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), como as recém-criadas do Despraiado e de Barra do Una, no Vale do Ribeira (SP) e que fazem parte do novo Mosaico de Unidades de Conservação Juréia-Itatins, que será tratado mais adiante neste trabalho.

Na categoria de Unidade de Conservação de Uso Sustentável é garantida a permanência e a manutenção do modo de vida das populações tradicionais, tendo em vista o respeito aos direitos dos antigos ocupantes das áreas em questão, cujas práticas colaboram para a conservação da biodiversidade.

Outro aspecto definido pelo SNUC, a fim de garantir que as medidas tomadas pelas administrações dentro das unidades de conservação sejam efetivas, é que as áreas protegidas devam fazer uso de planos de manejo, que compreendam a zona de amortecimento e os corredores ecológicos. A zona de amortecimento se refere à área de entorno da unidade de conservação. É nesta área que as atividades e usos da terra, tais como: turismo sustentável, sistema agroflorestal, agricultura orgânica, cooperativismo ambiental devem ser compatíveis com a preservação ambiental, ou seja, atividades que exerçam a menor pressão possível sobre as unidades de conservação. (SIMÕES, 2008).

Mesmo com o desenvolvimento de uma estrutura para a formação das U. C. no Brasil, segundo Maretti (2001) é de suma importância salientar que o país exibe um sistema de unidades de conservação até agora em vias de consolidação, ainda em processo de amadurecimento. O Brasil, hoje, gasta menos na formação e manutenção das U.C. do que seus vizinhos na América do Sul e ainda investe cerca de vinte vezes menos do que a média aplicada por países do norte. O caminho é longo e muito é necessário fazer para que efetivamente o país crie uma estrutura consolidada para garantir a preservação ambiental.

Apresentar o que o SNUC determina é requisito fundamental para uma compreensão da realidade enfrentada pela população local do bairro Itinguçu na Estação Ecológica Juréia-Itatins e que poderá ser de grande valia para o entendimento da discussão ora tratada sobre a preservação ambiental e a presença humana.

2.1.4 A racionalidade ambiental: Uma visão da questão ambiental

Conforme Leff (2001), ao se analisar as principais causas da problemática ambiental é preciso atribuí-las ao processo histórico no qual emergiu a Ciência Moderna e a Revolução Industrial. Esse processo fragmentou o conhecimento, gerando a separação e distinção entre as ciências, restringindo-o a campos disciplinares confinados, e compartimentalizando a realidade.

Esse processo, se por um lado, gerou a incrementação eficaz do saber científico e possibilitou agilidade na eficiência da cadeia tecnológica de produção, por outro gerou problemas ambientais e dificuldades na própria análise desta questão. Sendo assim, a análise da questão ambiental requisitou uma sistematização do conhecimento e uma visão multidimensional para compreensão da realidade na sua complexidade, por envolver uma problemática econômica, social, política, ecológica.

Leff (2001) afirma ser uma das conseqüências da crise ambiental: o projeto epistemológico do conhecimento do mundo que tem levado à unidade, a uniformidade e a homogeneidade, anunciando um futuro comum, negando o limite, o tempo, a história; a diferença, a diversidade, a outridade. Nesse sentido, cabe pensar uma racionalidade que se preocupa em questionar a racionalidade moderna e a apontar indicativos para a construção de uma nova maneira de pensar o conhecimento, sendo como ponto de partida a problemática socioambiental, que preocupa as sociedades contemporâneas.

Desta forma Leff (2006) propõe um novo saber integrado, o saber ambiental, que ultrapassa os objetos do conhecimento e o campo da racionalidade das ciências, como uma nova visão do mundo que transforma os paradigmas do conhecimento teórico e os saberes práticos.

Para se discutir a questão ambiental deve-se compreender que o processo civilizatório da modernidade constituiu-se a partir de princípios da racionalidade econômica e instrumental que formaram as diversas esferas do corpo social, sejam eles os padrões tecnológicos, os métodos de produção, a organização burocrática e os aparelhos ideológicos do Estado. (LEFF, 2001).

Leff evidencia a contraposição entre racionalidade econômica e racionalidade ambiental:

> "A primeira tenta medir (e dessa maneira controlar) os valores da diversidade cultural e biológica, os processos de longo prazo as diferenças sociais e a distribuição ecológica através da contabilidade econômica. A segunda incorpora os valores culturais diversos atribuídos à natureza e à incomparabilidade dos processos ecológicos, dos quais dependem a resiliência, os equilíbrios e a produtividade dos ecossistemas complexos e da biodiversidade, assim como dos processos culturais e tecnológicos dos quais depende a sustentabilidade do processo econômico". (LEFF, 2001, p.264-265)

Assim, a questão ambiental é uma problemática eminentemente social, gerada, de acordo com Leff (2001) por um conjunto de processos econômicos, políticos, jurídicos, sociais e culturais. Para que se construa, então, uma racionalidade ambiental e um modo alternativo de desenvolvimento, o autor afirma que é necessário o acionamento de:

> "Um conjunto de processos sociais: a incorporação dos valores do ambiente na ética individual, nos direitos humanos e nas normas jurídicas que orientam e sancionam o comportamento dos atores econômicos e sociais; a socialização do acesso e a apropriação da natureza; a democratização dos processos produtivos e do poder político; as reformas do Estado que lhe permitam mediar a resolução de conflitos de interesse em torno da propriedade e aproveitamento dos recursos e que favoreçam a gestão participativa e descentralizada dos recursos naturais; as transformações institucionais que permitam uma administração transversal do desenvolvimento; (...)". (LEFF, 2001, p.241)

Logo a racionalidade ambiental proposta por Leff (2001) não é a expressão lógica (do mercado, da natureza) ou de uma lei (do valor, do equilíbrio ecológico); é a conseqüência de uma série de normas, interesses, valores, significações e ações que integram leis da natureza e da sociedade. Trata-se de uma racionalidade moldada por processos sociais que excedem suas atuais estruturas. Acredita-se que a possível passagem de uma racionalidade capitalista para uma racionalidade ambiental dá-se por um conjunto de processos políticos, da confrontação de interesses opostos e o acordo

de objetivos comuns de diversos setores sociais que sobrevêm em todas as jurisdições dos aparelhos do Estado.

A construção dessa racionalidade ambiental se faz necessária segundo Leff (2001), pois ela legitima ações e institui critérios para orientar as decisões dos agentes sociais; norteia as políticas dos governos, estabelece normas para os processos de produção e consumo e guia as ações e comportamentos de diferentes atores e grupos sociais para os fins de desenvolvimento sustentável, equitativo e duradouro.

As formulações de Leff permitem refletir sobre a questão ambiental dentro de uma nova racionalidade, a racionalidade ambiental, abrindo um debate não só com relação à injustiça distributiva do sistema econômico, mas com a necessidade de distribuição ecológica, compreendida até o momento como divisão desigual dos custos e potenciais ecológicos. Sua contribuição acerca da racionalidade ambiental é importante referencial teórico, que explicita como a racionalidade econômica tem influenciado nos critérios para a criação da U.C, foco deste estudo.

A visão de natureza embutida na criação das U.C. vem a ser reflexo dessa racionalidade econômica, que buscou por muito tempo, apenas garantir áreas “intocadas” que pudessem proporcionar o ambiente bucólico às famílias abastadas das grandes cidades; no entanto, mantém até hoje sua prática depredatória dos recursos naturais. Para Leff (2001) essa exploração dos recursos naturais é validada pela precisão do cálculo econômico que desconsidera tudo aquilo que não se sujeite às suas medidas, e com valores que se convertem em mecanismos que dão eficácia aos princípios produtivos, orientando os avanços e aplicações da ciência e da tecnologia.

O que se percebe é que as políticas públicas voltadas à conservação dos recursos naturais e instituídas pelo Estado foram estabelecidas durante muito tempo sem que houvesse uma preocupação em investigar a organização social e produtiva das culturas tradicionais, das comunidades locais e das sociedades camponesas. Faz-se necessário entender qual racionalidade tem determinado as tomadas de decisão do Estado, quanto a sua atuação nas áreas protegidas e conseqüências no modo de vida das populações locais.

Leff (2001) defende que é necessário conhecer o processo histórico de assimilação cultural dos processos ecossistêmicos e das transformações que sofreu o

meio antes de criar as áreas protegidas. Conhecer este processo seria fundamental para descobrir a racionalidade das práticas de uso dos recursos e reorientá-las para os objetivos de desenvolvimento sustentável, propiciando uma gestão participativa das áreas protegidas e o estabelecimento de uma nova racionalidade.

Uma das principais dificuldades que as U.C. têm enfrentado através de sua história é a relação de sua administração com as populações humanas, que vivem em seu interior ou em seu entorno. O termo “áreas protegidas” explicita a concepção de conservação ambiental presente neste modelo. Está subentendido que a ação da sociedade sobre a natureza física e biológica é necessariamente destrutiva e de que é através da reserva e proteção de pedaços desta natureza que se poderá manter uma parte do mundo em seu aspecto original para pesquisas, banco genético, proteção dos recursos hídricos ou desfrute das populações urbanizadas. Portanto, o papel dos órgãos ambientais responsáveis por elas tem sido o de controlar e em alguns casos tentar impedir o uso destas áreas por populações moradoras ou que vivem no entorno.

Essa discussão sobre a manutenção ou não de populações humanas dentro das áreas protegidas tem ganhado força nos movimentos ambientalistas. Para Leff (2001) além dos valores do conservacionismo e do biocentrismo, o ambientalismo se estabelece por preceitos de equidade, sustentabilidade, diversidade, autogestão e democracia. Mas, a equidade não pode ser determinada por um modelo homogêneo de bem-estar, não está sujeita exclusivamente ao partilhamento do acervo de recursos disponíveis e da distribuição dos custos de contaminação do ambiente global. Para o autor, a partir da perspectiva de uma racionalidade ambiental, os objetivos de equidade e de sustentabilidade implicam abolir o domínio do mercado e do Estado sobre a autonomia dos povos, gerando condições para a apropriação dos potenciais ecológicos de cada região, mediados pelos valores culturais e pelos interesses sociais de cada comunidade.

Portanto, faz-se necessário elucidar que na concepção de Leff (2006) as comunidades locais podem ser responsáveis pela manutenção das áreas que habitam, e que os saberes dos quais essas populações são detentoras podem contribuir para auxiliar na elaboração de planos de manejo e conservação ambiental, ou seja, o autor defende a necessidade da gestão co-participativa dos recursos naturais.

A partir da discussão apresentada acima é que se pretendeu analisar a problemática na área de estudo ora tratada, o Núcleo Itinguçu da Estação ecológica Juréia-Itatins. Tal referencial permitiu apreender a diversidade de fatores e de situações envolvidos que interferem e agem sobre o modo de vida da população local, na forma como se relacionam com o ambiente, assim como suas relações com o Estado.

Dentro desta perspectiva, o presente trabalho se propôs analisar os atores sociais envolvidos com o objeto de estudo, a legislação que rege a Estação Juréia–Itatins, o SNUC, e a atuação do Estado sobre o modo de vida da população local.

A interdisciplinaridade acende desta forma "para um diálogo dos saberes, no encontro de identidades conformadas por racionalidades e imaginários que configuram os referentes, os desejos e as vontades que mobilizam os atores sociais". (LEFF, 2004, p.38).

2.2 Metodologia

Entende-se que a análise da questão ambiental requer uma sistematização do conhecimento e uma visão integradora para compreensão da realidade na sua complexidade, conforme defende Leff (2003). Dentro desta perspectiva, a busca por novas formas investigativas conduziu à adoção de uma abordagem qualitativa, visando o exercício interdisciplinar de produção do conhecimento. A aplicação de abordagens como a ora apresentada se faz necessário, uma vez que problemática ambiental é transversal e multidimensional, ou seja, reúne tanto os processos naturais, quanto os sociais, os culturais, os econômicos e os políticos. Assim, a análise de sua complexidade exige uma integração dos diversos campos do saber.

Leff (2001) fala da necessidade da interdisciplinaridade na produção e socialização do conhecimento; daí a delimitação e a apreensão de um objeto de estudo no mundo moderno não poderem prescindir da rede de relações significativas que o constituem – da teia que tece sua totalidade.

Segundo Sato (2004) o emprego da interdisciplinaridade gera a busca de abordagens integradas para a resolução dos problemas sociais e das degradações. Os conhecimentos isolados não conseguem mais encontrar respostas adequadas; as ferramentas utilizadas para produção do conhecimento estão cada vez mais limitadas.

Nesta direção, Tassara e Ardans (2005), argumentam que um novo conhecimento produzido não é uma verdade estabelecida de uma vez e para sempre, mas apenas pré-requisito para se ir além, para se atravessar fronteiras do já sabido em direção ao que se almeja conhecer. O emprego da interdisciplinaridade é a tentativa de superar uma visão fragmentada dos objetos e dos acontecimentos, construindo o conhecimento da totalidade das coisas, permitindo um intercâmbio entre os diversos conhecimentos. Ajuda-nos a conhecer a complexidade das relações humanas e da natureza, facilitando a resolução de problemas de ordem social e ambiental.

Nesta pesquisa, considerou-se que existe uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, ou seja, a construção do conhecimento envolve tanto a objetividade do mundo real, quanto com a subjetividade presente no sujeito, havendo assim uma interligação entre o objeto e o sujeito. Para que haja possibilidade de interpretação dos fenômenos e atribuição de significados se faz pertinente o uso da abordagem de pesquisa qualitativa, como a aqui adotada, uma vez que a investigação qualitativa compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas, que visam descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Ela tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social e cultural. Além disso, busca reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação (MAANEN, 1979 apud NEVES, 1996).

Para Becker (1994) na pesquisa qualitativa, a quantidade dá lugar à profundidade, logo, vale mais examinar uma questão a fundo e de diversas formas, em toda sua complexidade, de uma forma muito mais produtiva, do que quantificar dados sejam estes pessoas, plantas, animais, moradias entre outros. Segundo o autor, o pesquisar dentro de uma perspectiva interdisciplinar e qualitativa, é uma prática que tem se mostrado desafiadora para os pesquisadores. Tal prática requer a quebra de paradigmas, a construção de um comportamento e uma mentalidade investigativa,

focados no hábito do debate. Dentro deste anseio por entender a realidade em sua complexidade é que muitos pesquisadores têm demonstrado a importância desse procedimento teórico-metodológico em diferentes campos do saber, não apenas no cerne das reflexões e suas possibilidades teóricas, mas de como empregá-la na prática, tornando a experiência do trabalho de campo um momento de vivenciar o emprego de várias disciplinas.

2.2.1 Trajetória e coleta de dados

O presente trabalho foi desenvolvido a partir de uma experiência no projeto "Estação Ecológica Juréia-Itatins, Comunidade Itinguçu: Possibilidades Sustentáveis de Sobrevivência Da População Local", financiada pelo CNPq nº 50.6962/2004-0 e coordenado pelo Prof. Dr. Dalcio Caron, da Escola de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo – ESALQ/USP. Tal projeto tinha como proposta contribuir para a inclusão social das famílias que residem no Núcleo Itinguçu, principalmente, por se encontrarem em situação complexa, já que o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de conservação – não contempla moradores em áreas de proteção integral, como da Estação Ecológica Juréia-Itatins. O objetivo do Projeto foi proporcionar aos moradores locais alternativas de geração de renda, visando a não exploração dos recursos ambientais da área. Dentre as atividades propostas estavam à construção de um viveiro de mudas e artesanato com fibra de bananeira. No andamento do projeto foram firmadas parcerias com o Instituto Florestal e Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bairro do Rio Preto em Sete Barras/SP.

As dificuldades enfrentadas pela equipe durante a implantação do Projeto, principalmente, aquelas relacionadas com a necessidade de envolvimento efetivo da população nas atividades desenvolvidas, levaram à concepção deste trabalho. Observou-se a existência de diferentes pontos de vista, decorrentes das diferentes posições ocupadas pelos atores sociais e diferentes interesses e objetivos, levando à necessidade de reflexão sobre o papel do Estado e a realidade enfrentada pelos moradores do Itinguçu e o modo de vida da população local.

A maior parte dos dados apresentados nesta pesquisa foi coletada durante o desenvolvimento do Projeto/CNPq.

Para coleta de dados foi realizada análise de documentos, entrevista e observação in loco. Segundo Viertler (2002) quando o pesquisador social está no seu campo de pesquisa, com sua comunidade de estudo, observa comportamentos e gestos, ouve depoimentos e falas, que às vezes fazem sentido, mas o fazem em termos de uma interpretação de sentidos fundamentada em suas próprias categorias culturais. Por esta razão há exigência de avaliações mais criteriosas por meio da referência cruzada de várias técnicas de pesquisa de campo.

A análise documental e bibliográfica foi conduzida nas Bibliotecas do Instituto Florestal. Foram também utilizados relatórios de órgãos governamentais e não-governamentais, planos de manejo, relatórios para emprego de políticas públicas, documentos fundiários e históricos da área, artigos, dissertações e teses que tiveram como objeto de estudo a Estação Ecológica Juréia-Itatins, além da literatura produzida pelo Projeto "Estação Ecológica Juréia-Itatins, Comunidade Itinguçu: Possibilidades Sustentáveis de Sobrevivência da População Local".

O primeiro contato da pesquisadora no Itinguçu ocorreu no final de outubro de 2006. Nesse momento foi possível realizar observações a respeito do modo de vida da população local, suas atividades de subsistência, a organização do grupo, o uso dos recursos locais e a relação desses moradores com os representantes do Estado, mais especificamente, o Instituto Florestal. Foi nesse período que a equipe do Projeto agendou um mutirão para construção do viveiro com a população local.

A segunda fase da coleta de dados ocorreu em novembro daquele ano, quando foram realizadas entrevistas com os moradores. Como a data desta segunda visita ao campo coincidiu com um feriado foi possível a observação das atividades de comércio dos moradores e sua relação com os turistas. Também garantiu a observação do comércio de palmito juçara, feito por moradores locais, na feira livre do centro de Peruíbe.

O terceiro trabalho de campo ocorreu em setembro de 2007, teve como principal enfoque o levantamento de documentos históricos, artigos, projetos, teses e dissertações desenvolvidas na Estação Ecológica Juréia-Itatins, nas duas bibliotecas do

Instituto Florestal, uma na Sede Administrativa da Juréia no Perequê e outra no IF em São Paulo.

A quarta visita, que ocorreu em outubro de 2008, teve como propósito observar as transformações da área depois que o Núcleo Itinguçu se tornou Parque, a partir da aprovação do novo Mosaico da Unidade de Conservação Juréia-Itatins. Fez-se necessário o levantamento de novos dados referentes à posição do Estado quanto à permanência da população local no Itinguçu.

Nesse período foram realizadas ainda, entrevistas com moradores, técnicos do Instituto Florestal e representantes da Associação de Bairro, para uma compreensão mais precisa sobre a as conseqüências da nova realidade gerada a partir da aprovação do Mosaico. As entrevistas realizadas envolveram moradores locais, funcionários da Estação, Líderes comunitários, representantes de ONGs e de instituições governamentais, além de visitantes que utilizam a área do Núcleo Itinguçu em épocas de temporada. Foram ouvidos (a) moradores que habitam o local há mais de 30 anos e com idade superior a 50 anos; e jovens moradores, que contribuíram no levantamento de dados para a análise das mudanças no modo de vida local; (b) responsáveis diretos pela administração do Núcleo de Itinguçu; (c) representantes das ONGs que desenvolvem trabalhos na Estação; (d) visitantes da Estação que se disponibilizavam a responder as questões levantas na entrevista;

Nessas entrevistas procurou-se levantar questões relativas a (a) visões de natureza dos atores existentes na área: moradores, representantes do Estado e ONGs; (b) mudanças ocorridas no modo de vida da população local; (c) os caminhos do Estado para implantação do mosaico na Estação; (d) uso dos recursos pela população local e o seu envolvimento na gestão da Estação. Assim, foram entrevistados 14 moradores da Estação Ecológica; dois representares de ONGs; 06 representantes do poder público e 08 visitantes da Estação naquele período, totalizando 30 pessoas entrevistadas.

Para Viertler (2002) a entrevista é uma técnica que consegue captar de uma forma mais equilibrada a visão do pesquisado e do pesquisador. Procurou-se apreender elementos significativos sobre a dinâmica da comunidade nos âmbitos – social, cultural, econômico e ecológico, além da subjetividade e dos conflitos referentes à trajetória das

transformações ocorridas no espaço-tempo. Utilizou-se a entrevista semi-estruturada, com a intenção de buscar apreender as mudanças sociais que se apresentam em Itinguçu e a ação dos órgãos públicos, a relação homem/homem, homem/natureza e as atividades econômicas empreendidas pelos moradores do Núcleo.

Foram ainda realizadas observações in loco, registradas em diário de campo, na intenção de corroborar os dados obtidos nas entrevistas. Para Viertler (2002) o uso de diário de campo é indispensável para que sejam anotadas todas as observações realizadas pelo pesquisador, incluindo suas impressões subjetivas. Essas impressões subjetivas sobre fenômenos desconhecidos e intuições constituíram um instrumental importante para os "insights" que foram surgindo e que puderam ou não confirmar previsões baseadas em teorias científicas.

2.2.2 Sistematização dos dados

Foram estabelecidos quatro eixos temáticos de análises, visando responder os objetivos da investigação: (i) apresentação das visões de natureza dos diferentes atores sociais; (ii) as alterações ocorridas no modo de vida da população local; (iii) a constituição do Mosaico da Estação Juréia–Itatins; (iv) a forma de uso dos recursos locais e a importância da gestão participativa.

As análises da problemática ambiental na Estação Ecológica Juréia–Itatins, particularmente a que envolve a população de Itinguçu e da ação do Estado foram embasadas no referencial teórico apresentado no capítulo anterior, a partir da obra de Enrique Leff (2001a, 2001b, 2003, 2004, 2006).

Espera-se que o estudo de caso aqui apresentado possa contribuir com indicativos para a problemática relativa à presença humana em áreas de conservação.

2.2.3 A área de estudo: A Estação Ecológica Juréia-Itatins

A Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI) é uma Unidade de Conservação Estadual situada entre o litoral sul de São Paulo, a Baixada Santista e o Vale do Ribeira (Figura 1), abrangendo parte dos municípios de Iguape, Itariri, Miracatu e Peruíbe. (ABESSA; MAGINI, 2006).

Figura 1 - Estação Ecológica Juréia-Itatins, SP
Fonte: Instituto Florestal, 2007. Adaptado

Foi criada após um longo processo de mobilização da opinião pública em favor de sua preservação. Primeiramente, o Decreto Estadual nº 31.650, de 8 de Abril de 1958 (São Paulo, 1958) já havia considerado parte da área protegida legalmente, a Floresta Remanescente do Itatins. Em 1979, o maciço do Itatins foi tombado como Patrimônio Histórico e Natural pela Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo. A preocupação com a preservação aumentou muito nos anos 80, com o avanço do movimento ambientalista e com a aceleração dos desmatamentos em outras regiões, em particular, no litoral norte. (DRUMOND, 1998).

Segundo Drumond, as ameaças mais graves sofridas pela região começaram no final dos anos 1970 com a expansão de um loteamento da faixa litorânea, marcado, principalmente, por um empreendimento de grandes proporções, um condomínio que seria construído no Rio Verde, entre o morro do Grajaúna e o Maciço da Juréia. Esse

acontecimento, que colocou sob ameaça direta os ecossistemas de restinga, que caracterizam 47% da área da EEJI, levou a população de Iguape e ambientalistas paulistas a reagirem contra a execução do empreendimento.

Após o episódio com a construção do condomínio, nova reação por parte de ambientalistas e população – desta vez mais ampla – ocorreu quando a Nuclebras (Figura 2) decide, no início dos anos 80, desapropriar uma área de 23.000 ha para a construção de duas centrais nucleares e – no seu entorno – criar uma Estação Ecológica da Juréia, estabelecida a partir do Decreto Federal[5]. Inúmeros manifestos aconteceram contra a instalação das centrais Nucleares, principalmente, em Iguape. (DRUMOND, 1998). Um abaixo-assinado a favor da desapropriação da área coletou cerca de cem mil assinaturas. Neste processo surge a Associação em Defesa da Juréia, conhecida como "Pró - Juréia", que será tratada no próximo sub-item.

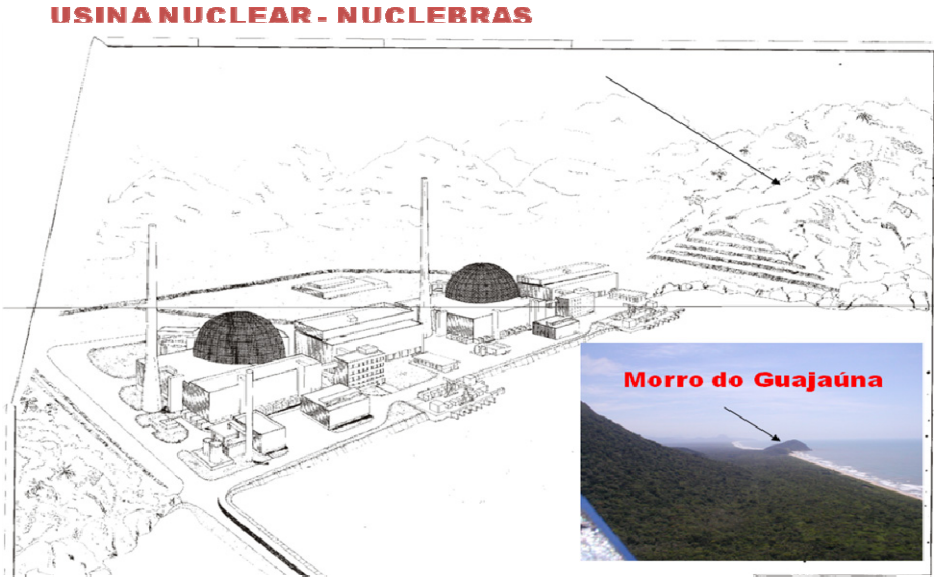

Figura 2 - Planta da Usina Nuclear – Nuclebras, SP

Fonte: Otto Hattung – Instituto Florestal, 2006

A partir da pressão exercida pelos ambientalistas e pela população o Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, em deliberação de 1985, recomenda a suspensão da construção da usina e a criação de uma Reserva ou Estação Ecológica.

[5] Segundo Drumond (1998) é o Decreto Federal 84.983/80 que prevê a criação da Central Nuclear e da estação Ecológica, enquanto o Decreto Federal 84.771/80 declara a área de utilidade pública para fins de desapropriação. Um Decreto Federal obriga a co-localização de Centrais Nucleares e Estações Ecológicas.

Conforme Drumond (1998), em 20 de janeiro de 1986, através do Decreto n° 24.646, o Governo do Estado estabeleceu definitivamente a Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI), com cerca de 79.270 hectares, tendo o objetivo de garantir a preservação da área. No ano seguinte, foi estabelecida a Lei n° 5.649 de 28 de abril de 1987, ratificando a criação da Estação. Vale ressaltar que a área de preservação ambiental circundante à estação abrange nessa região toda a bacia hidrográfica do rio Una do Prelado.

A criação da EEJI surge dentro da concepção de natureza "intocada" como discutido anteriormente, que pode ser observada no estudo de Drumond (1998), quando afirma que a EEJI nasce com certas características essências: (a) ênfase à preservação ambiental a uma área de Mata Atlântica pouco alterada; (b) forte identificação entre os movimentos ambientalistas urbanos e a EEJI; (c) urgência de proteção dos ecossistemas, sem consulta aos moradores para a criação da Estação; (d) Não realização de levantamentos precisos para considerar os impactos sociais e econômicos da criação da EEJI, inclusive no que se refere às populações locais; (e) a categoria de U.C. escolhida é muito restritiva e provoca a desapropriação da área, além de não apreciar as principais atividades agrícolas ou de manejo da área, exercidas pelas populações locais. Segundo Drummond (1998) muitos foram os processos para a adequação legal da área, na busca por garantir de modo mais efetivo a preservação ambiental.

Dados de um levantamento[6] feito em 1990 pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado mostravam que cerca de 365 famílias moravam na EEJI (SANCHEZ, 1997), havendo uma redução recente nesse número para 323 em 1998, conforme a autora. Nessa área a ocupação humana ocorre de forma dispersa através da abertura de clareiras na floresta de planície e no sopé dos morros. O perfil sócio-econômico dos moradores mostra que existem diferentes grupos humanos, tais como tradicionais, adventícios antigos e recentes, indígenas de origem guarani, e invasores recentes.

De acordo com Olmos e Galleti (2004) essas comunidades desenvolvem atividades como agricultura, coleta (palmito, caxeta, ervas), pesca e caça. Atualmente,

[6] EQUIPE LITORAL SUL/DRPE/IF. Plano geral de desenvolvimento da EEJI. Texto não publicado. 1990.

cerca de 4% da área da unidade de conservação é utilizada para agricultura, que compete diretamente com as espécies restritas às restingas e seu ecótono com as encostas.

2.2.3.1 A atuação das ONGs na Estação

Para Drumond (1998) foram as mobilizações que ocorreram na Juréia que colaboraram para a criação e consolidação de ONGs ambientalistas de São Paulo, ainda que, segundo Queiroz (2000) o movimento ambientalista na Juréia tenha demonstrado, através de seu discurso uma grande similaridade com o discurso do Estado.

Das Organizações Não Governamentais que tem atuação mais efetiva na Juréia estão a Associação em Defesa da Juréia (Pró – Juréia), a Mongue, a COATI e a União de Moradores da Juréia (UMJ). O foco principal dessas organizações é garantir a manutenção da população caiçara na área e a preservação da Estação.

Documento importante que registra tal atuação é o relatório apresentado pelo movimento Pró – Juréia em 1991 sobre a sua atuação na Estação Ecológica Juréia – Itatins (ENGEA).

A Associação de Defesa da Juréia, a Pró – Juréia surge em 1986 com a união de cientistas, pesquisadores e ambientalistas que tinham como grande preocupação o destino deste remanescente de Mata Atlântica, bem como de seus ecossistemas associados. Os ambientalistas da Pró – Juréia se associaram a políticos e à população local e iniciaram um grande movimento visando a preservação da região. A Associação apoiou o Estado na implantação da Estação. Segundo dado obtido pelo ENGEA[7] (1991) a Estação possui área apropriada à necessidade de preservação e conservação da flora e fauna local, sendo também um instrumento legal adequado para deter o crescente avanço sobre a área.

---

[7] ENGEA – AVALIAÇÕES, ESTUDOS DO PATRIMÔNIO E ENGENHARIA LTDA. Quadro de referências para subsidiar a elaboração do Plano Diretor e Zoneamento da Estação Ecológica Juréia-Itatins a ser feito pela Secretaria do Meio Ambiente, como resposta à solicitação da Associação em Defesa da Juréia (Pró-Juréia). São Paulo. 1991.

Ao se observar o relatório da Pró - Juréia quanto à questão das comunidades presentes na Estação, a Associação discute formas de garantir a permanência das populações tradicionais de modo a compatibilizar as atividades dessas comunidades com a preservação ambiental. No entanto, o discurso se mostra impreciso. Em seu relatório a associação declara que para se garantir a conservação, não é necessariamente obrigatória à retirada da população da área, o que se deve possibilitar é que as populações tradicionais tenham sua sobrevivência garantida e que a uso dos recursos naturais sejam empregados de forma a não comprometer a manutenção da dinâmica dos ecossistemas.

Em pesquisa realizada por Oliveira (2004) a autora afirma que a Pró – Juréia enviou diversos comunicados a seus associados dizendo que considerava a população local, tanto os moradores (tradicionais e adventícios), quanto os veranistas, uma ameaça para a Estação, e que os problemas poderiam se agravar se os herdeiros desses moradores pleiteassem a permanência na área. A Pró – Juréia afirmava que não se poderia tentar consertar uma crise social criando-se uma crise ecológica. E então apresentava como proposta a realocação dessa população no entorno da Estação, seguindo o que define o decreto federal das Unidades de Conservação.

Essa posição muitas vezes ambígua do movimento ambientalista, observado na Juréia, denota o que é relatado por Leff (2001), que a autonomia do movimento ecologista possui dificuldade de agregar suas demandas locais – fragmentadas e restringidas – a um processo solidário de mudança social global. Isto demonstra por sua vez o desafio de congregar os princípios de racionalidade ambiental tanto às necessidades populares, como aos programas de governo, de modo que sejam aptas para redefinir as dificuldades de desemprego, pobreza, marginalidade, desigualdade, participação, necessidades básicas e qualidade de vida que foram a causa de reivindicações sociais antigas e de demandas apoiadas pelos partidos políticos estabelecidos. Enquanto o movimento ambiental na Juréia não se der conta de que grande parte dos problemas ambientais existentes hoje está relacionada com problemas de cunho social, dificilmente a problemática ambiental existente na Estação será resolvida.

A concepção de natureza observada nos movimentos ambientalistas existentes na Juréia tem demonstrado seu caráter preservacionista, de separação entre homem – natureza, apesar de se apoderar do discurso social apresentado inclusive pelo Estado.

Segundo Queiroz (2000) o discurso da Pró – Juréia, defendendo a presença humana na área apenas se estiver inserido na natureza, se for parte integrante de seu meio ambiente, demonstra uma visão de um homem naturalizado. E é aqui que o discurso desta organização se mostra contraditório, pois há problema em definir o grau de naturalização ou harmonização do homem com esta natureza. O autor afirma que a posição da ONG, ao apresentar algumas populações que poderiam permanecer na área, a partir do que acreditam ser, segundo suas próprias concepções, uma relação harmônica com o ambiente, tacitamente, exclui aquelas que não podem permanecer. Para os moradores, a natureza que conhecem foi estabelecida a partir da ação do homem que ali vive. Como afirma o autor, essa natureza é concebida segundo modelos da humanidade, logo, ela é culturalizada.

2.2.4 Local de estudo: O Núcleo Itinguçu

O núcleo Itinguçu (ou ainda chamado Utinga, Utingão ou Utinga Grande) está localizado na face sul da Serra dos Itatins. Possui uma área de aproximadamente 994 ha, que pertence ao município de Iguape localizado no litoral sul de São Paulo, mas está a 18 km do centro de Peruíbe, (Figura 3) e, portanto mais próximo a essa cidade balneária, através de via de terra que corta a U.C.

A região foi ocupada por posseiros nos anos 60 e 70 por meio de trilhas na mata, por onde também eram carregadas (nas costas) bananas que eram comercializadas, assim como os mantimentos comprados em Peruíbe (PANZUTTI, 2003).

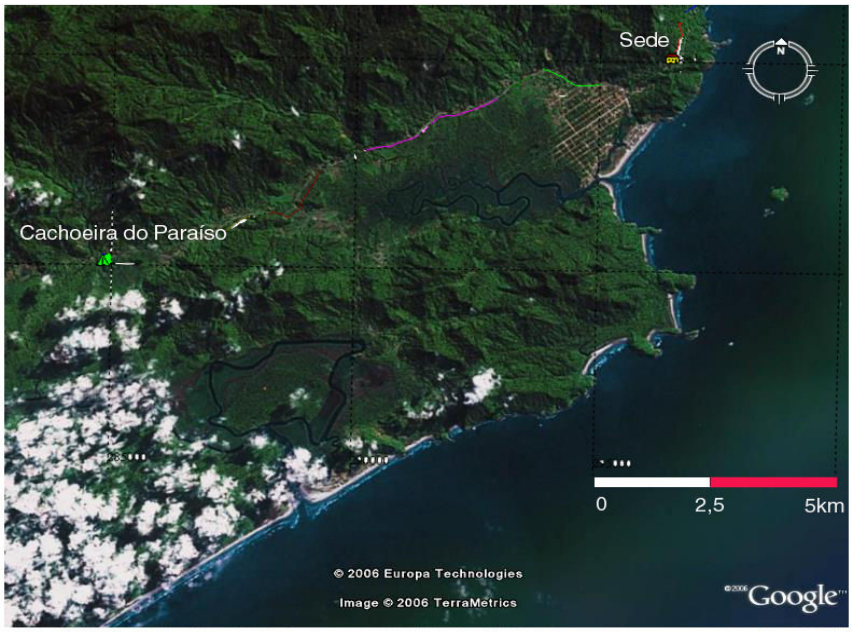

Figura 3 - Localização da Cachoeira do Paraíso, no PE do Itinguçu, mostrando também a estrada de acesso a partir do Guaraú, em Peruíbe, SP
Fonte: Google Earth, 2006

Ocorrem na área que compõe o Itinguçu, diversas espécies de vegetais, entre elas: *Justicia carnea, Justicia catharinensis, Aristolochia paulistana, Baccharis singularis, Mikania cordifolia, Vernonia beyrichi, begônias de várias espécies (Begonia sp.), Jacaranda puberula, Tabebuia serratifolia, algumas cactáceas do gênero Rhipsalis, Cecropia glazioui (embaúba), Licania hoehnei, Clusia criuva, Ipomoea bonariensis, Nematanthus villosus, Ocotea sp, Erythrina speciosa, Schizolobium parahyba, Abutilon striatum, Sida planicaulis, Tibouchina clinopodifolia, Tibouchina floribunda, Tibouchina mutabilis (manacá da serra), Fícus sp, Eugenia sp, Myrcia ovata, Psidium cattleyanum, Peperomia sp, Piper sp, Psychotria sp, Solanum delicatulum, Pilea pubescens, Urera nítida, Monstera adansonii, Philodendron sp, Aechmea coelestis, Tillandsia sp., Vriesea sp., Costus arabicus, Costus spiralis, Heliconia velloziana, Euterpe edulis, Syagrus romanzoffiana e Asplenium sp*. (ABESSA; MAGINI, 2006).

Para Abessa e Magini (2006) a fauna encontrada no Itinguçu engloba boa parte dos animais encontrados na região, através de suas visitas regulares foram avistados, principalmente, insetos variados, aves (jacu, tucanos, saíras, tié-sangue, sabiás,

colibris, entre outros), cobras, lagartos (teiús foram avistados), e alguns mamíferos, como preguiça, gambás (saruês), esquilos, entre outros.

Já no Rio Itinguçu, são conhecidas 29 espécies de peixes, distribuídas em 12 famílias, sendo que apenas 4 são de origem primariamente marinha e ocorrem na região de planície, eventualmente em episódios de marés muito altas.

O núcleo possui um importante atrativo turístico, a Cachoeira do Paraíso. (Figura 5). Esta é formada por um degrau de 17 metros, que não possui uma queda vertical, ou mesmo negativa, mas sim uma inclinação na ordem de 60º, constituindo-se o chamado Tobogã do Paraíso. Tal cachoeira encontra-se no contato entre as morrarias da Serra dos Itatins e a planície costeira, numa altitude de aproximadamente 35 metros.

De acordo com dados levantados por Abessa e Magini (2006), diretamente na área sobre a trilha, o solo é areno-argiloso formado a partir de leques aluviais. No leito fluvial estão presentes seixos rolados, gerados a partir da drenagem em fluxos episódicos no vale, que canaliza a água, formando essas rochas de vários tamanhos. Também são arredondados, indicando um intenso re-trabalhamento pelo rio. Essas características garantem a área da cachoeira paraíso uma beleza cênica fabulosa (Figura 4).

Entretanto, o ecoturismo se desenvolveu nesse local de forma irregular e descontrolada, uma vez que até novembro de 2006 a região fazia parte da EEJI, uma categoria de U.C. que não previa as atividades de turismo, lazer e recreação. A implementação do uso público da área ocorreu de forma precária e irregular, permitindo, também, a instalação de comércio na entrada da trilha para a cachoeira, o que serviu de atrativo adicional, potencializando a visitação descontrolada e aumentando as ameaças aos ecossistemas locais (ABESSA; MAGINI, 2006).

Figura 4 - Cachoeira do Paraíso, Estação Ecológica Juréia-Itatins/SP, 2007
Fonte: Jerusha Mattos Câmara

Encontram-se no Itinguçu partes das principais vias locais, incluindo a ligação entre o bairro do Guaraú e a Barra do Una. Uma bifurcação dessa via dá acesso à Cachoeira do Paraíso, após cerca de 6 km de estrada de terra. Ao longo dessas vias, estão instalados diversos sítios, comércios e atividades do tipo pesque-pague, agricultura e criações de gado e cavalos (ABESSA; MAGINI, 2006).

Durante a alta temporada, a cachoeira do paraíso chega a receber mais de 1000 pessoas por dia, porém os impactos dessa visitação ainda não foram estudados, e provavelmente estes existam, ao menos durante os períodos de visitação intensa e durante feriados. Além disso, existem quatro quiosques, instalados ao lado da cachoeira, que não contam com uma infra-estrutura adequada. Nesses quiosques, são servidas bebidas e salgados, sem controle sanitário, não oferecem estrutura necessária para disposição adequada dos resíduos gerados. Próximo aos quiosques há uma área que funciona como estacionamento, localizada junto da via de acesso. Há também no bairro do Itinguçu uma escola e um posto de saúde que atende à população residente.

Em decorrência da visitação pública observa-se que na região da cachoeira do paraíso e de sua respectiva trilha de acesso, a condição de preservação do bosque é razoável, com presença de algumas árvores de maior porte e espécies como o palmito; ocorrem, porém várias árvores de pequeno e médio porte, havendo algumas clareiras.

Além disso, no entorno da trilha observa-se que o bosque encontra-se um pouco menos fechado, e esse conjunto de indícios demonstra ter havido impactos recentes e pretéritos no local.

2.2.5 A ocupação humana do Núcleo Itinguçu

Conforme se verifica no mapa a seguir (Figura 5), das 25 famílias que vivem no Itinguçu, 16 são adventícios antigos, ou seja, estão na área antes da formação da estação. As outras 9 famílias são chamadas adventícios recentes, pois chegaram à área depois da formação da U.C. O Itinguçu terá um novo relatório de ocupação humana, segundo informação do IF, no final do primeiro semestre de 2009.

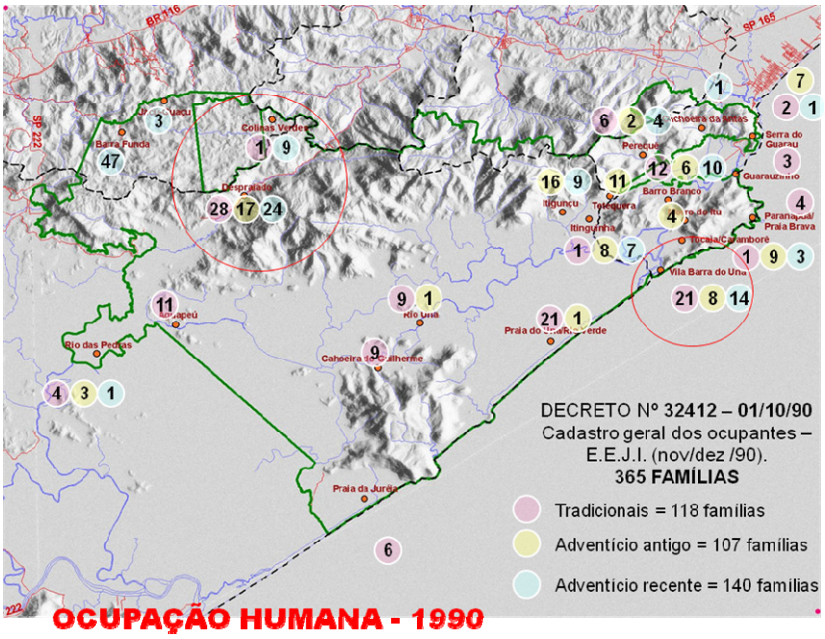

Figura 5 - Mapa da ocupação humana na EEJI – 1990

Fonte: Instituto Florestal – Otto Hatung

No presente trabalho utiliza-se o conceito de população local, já que os moradores do Itinguçu não se caracterizam como comunidade tradicional. Segundo a definição de Diegues (1998), comunidades tradicionais são aquelas cuja organização econômica e social são de baixa acumulação de capital, não se utiliza trabalho assalariado, além da forte relação com o território. As atividades em que se envolvem

são de pequena escala, como artesanato, agricultura, pesca e coleta. Sua base econômica está no uso dos recursos naturais renováveis.

Muitos dos moradores do Núcleo Itinguçu estão na área desde a década de 60, quando vieram do meio rural, principalmente do Nordeste e do Estado de Minas Gerais; essa migração ocorreu pela busca de terras que pudessem ser cultivadas, na busca pelo que Panzutti (2003) declara como autonomia camponesa.

Para essa autora o Itinguçu está inserido dentro do cenário mais amplo que corresponde ao Vale do Ribeira, onde perdurou a agricultura de subsistência inserida após o final do ciclo do ouro. No entanto, é a partir da década de 1970 que se inicia uma ocupação fundiária desenfreada na região, ocasionando uma intensa e predatória exploração dos recursos naturais.

Com a transformação da área em Estação Ecológica na década de 1980, muitos posseiros, devido às dificuldades de comercialização de seu excedente da produção de subsistência, foram forçados a abandonar essa atividade na busca por outras mais lucrativas ligadas ao turismo. Essa mudança foi ocasionada pela dificuldade do transporte, pela qualidade de seus produtos ou pela concorrência com os grandes mercados, inclusive pelas restrições legais ocasionadas pela formação da Estação.

Em relação ao modo de vida da população, Panzutti (2002) afirma que os moradores do Núcleo Itinguçu sofreram mudanças no modo de vida, tais alterações ocorrem não apenas pela criação da Estação Ecológica, mas, também, pela intensificação das relações do núcleo, pela proximidade da cidade balneária de Peruíbe e pela visitação do local onde se encontra a Cachoeira Paraíso.

A população do Núcleo Itinguçu é formada, hoje, por 25 famílias, de acordo com censo realizado em 1990 e confirmado neste trabalho. A partir da observação de campo, desse total de famílias, oito geram renda com o comércio das barracas, através da venda de produtos alimentícios aos turistas que freqüentam a Cachoeira Paraíso.

Quanto ao turismo eles alegam que começaram a atividade a partir de proposta feita há 20 anos por um ex-diretor da Estação. Segundo o morador T. Itinguçu, 2008 "*o diretor tentava diminuir os conflitos que existiam aqui e ajudar a gente a achar uma forma de ganhar dinheiro sem usar o que a mata oferece*".

De acordo com as ocupações econômicas observadas no Itinguçu os moradores podem ser classificados como: caseiros, posseiros agricultores, diaristas, aposentados, os “barraqueiros” e existem aqueles que trabalham na cidade de Peruíbe. No entanto, muitos moradores não exercem apenas uma única atividade econômica. Na época de alta temporada, com a maior freqüência dos turistas, muitos moradores acabam participando do comércio de produtos alimentícios para aumentar a renda. Isso foi observado através do trabalho de campo.

O turismo como alternativa para manutenção das famílias era uma atividade praticada há cerca de 20 anos. De acordo com A.Itinguçu 2008: ”*olha antes não era proibido tirar palmito daqui e agora é você tem que ver o seguinte, o turismo dá dinheiro em temporada, fora disso é um pingadinho aqui outro ali, como o pessoal sobrevive assim?*

Desta forma, como confirma Panzutti (2003), com o fluxo intenso de turistas nota-se uma mudança no comportamento, principalmente, dos jovens. A não formação de raízes ecológicas se traduz na insatisfação consumista, na identificação ideológica da felicidade com o ter, e contamina os padrões de sentimentos e percepções intersubjetivas, nas relações com a família, com o território, com a comunidade e com a história. Os jovens de Itinguçu querem sair da área e é por esta razão que muitos trabalham no centro de Peruíbe na busca por outro padrão de consumo, como já relatado neste trabalho. O jovem M. Itinguçu, 2008 demonstra essa situação ao dizer: “*tenho vontade de comprar uma moto, porque aqui o transporte é bem precário, gosto de me vestir bem, sabe sou feliz aqui, me criei aqui, mas essa história da ecologia deu muita dor de cabeça pra gente, não tenho mais vontade de ficar lutando contra isso porque no final eles sempre ganham* (IF)”.

Segundo Panzutti (2003) os moradores do Itinguçu, inicialmente, ligaram-se pelas formas fundamentais de sociabilidade, sejam pelas relações familiares, vicinais, relações entre bairros e com o centro urbano. Essas formas fundamentais, nas quais se destacavam a complementaridade e interdependência, diante das dificuldades internas e externas, foram gradualmente se enfraquecendo e se desorganizando.

O que se observa no levantamento de campo é que as famílias vivem em construções precárias, sem saneamento básico, sem energia. Qualquer melhoria

necessária às habitações deve ser pleiteada junto ao Instituto Florestal(administrador da estação), mas segundo os moradores a maior parte das petições é negada.

O Itinguçu possui uma posição geográfica que dificulta a intervenção pelas autoridades municipais na resolução de problemas sociais locais. Conforme referido, o bairro pertence à jurisdição de Iguape, no entanto, por não existirem estradas que liguem o bairro a esta cidade, a responsabilidade em garantir atendimento básico de saúde e educação ficou a encargo de Peruíbe, isto por estar mais próxima e oferecer melhor acesso por meio de estrada e transporte público. Mesmo oferecendo atendimento à população do bairro de forma precária, os moradores do Itinguçu recorrem a Peruíbe para manutenção de sua vida local; é nesta cidade que compram os produtos que necessitam e de onde muitas vezes conseguem garantir a renda para manutenção de suas famílias.

Com a intensificação da relação dos moradores do Itinguçu com o centro urbano mais próximo, Peruíbe, o abandono de suas atividades de subsistência, acarretou o ingresso destes na sociedade de consumo. Para suprir suas novas necessidades de consumo, a população local passa a buscar outras fontes de renda, que não as de produção rural. Segundo observado neste trabalho, o comércio aos turistas e a exploração ilegal do palmito se tornam uma das principais atividades. (PANZUTTI, 2003).

É importante considerar que, com o estabelecimento da Estação Ecológica Juréia-Itatins, conforme a regulamentação de proteção integral, a área deveria ficar restrita à pesquisa científica e a atividades de educação ambiental, tornando a presença de moradores irregular e do mesmo modo, as atividades antes desenvolvidas, como a caça, a extração de palmito, a agricultura de coivara e pesca.

Mesmo considerando a permissão de comunidades tradicionais nas áreas de preservação, tal ocorrência não se aplica, como mostrado acima, aos moradores de Itinguçu, por não se caracterizarem como tradicionais. Considerem-se ainda suas atividades recentes relacionadas ao turismo e comércio. Deste modo, podem-se observar situações de conflito entre o que preconiza o SNUC e a população local.

2.3 Resultados e discussões

2.3.1 A visão do Estado e sua relação com a população local

No Itinguçu, o Estado está representado pelo Instituto Florestal, órgão responsável por administrar e fiscalizar o cumprimento das leis. Também pode ocorrer de o Estado intervir através de projetos de Universidades, como aquele citado anteriormente, que deu origem ao presente trabalho.

Do ponto de vista do Estado de São Paulo, o Instituto Florestal tem a missão de "proteger, pesquisar, recuperar e manejar a biodiversidade e o patrimônio natural e cultural a ela associados, na perspectiva do desenvolvimento sustentável (...)" Dentre seus objetivos diretamente relacionados ao caso estudado, estão "intervir no setor florestal detendo o domínio das florestas de preservação permanente e efetuar reflorestamentos como empresário florestal, com fins conservacionistas, técnicos e econômicos", e também "estudar, propor e efetuar medidas de conservação e exploração racional e econômica de florestas".[8]

O Instituto foi criado no final do Império, em 1886, e passou por diversas modificações, até assumir em 1970, a atribuição de restauração das matas do Estado. No ano de 1987 passou para a Secretaria de Meio Ambiente, tendo enfoque preservacionista.

De acordo com o texto oficial que consta no site do Instituto o Instituto Florestal constitui o maior guardião público da biodiversidade do Estado, administrando 90 Unidades de Conservação, sendo: 22 Estações Ecológicas, 26 Parques Estaduais, 13 Florestas Estaduais, 19 Estações Experimentais, 02 Reservas Estaduais, 02 Viveiros Florestais, 06 Hortos Florestais, inteirando quase 853.263,40 ha (3,47% da superfície estadual), abarcando 114 municípios. Essas áreas de proteção garantem a preservação dos remanescentes de diferentes biomas, entre os quais a Mata Atlântica e o Cerrado, considerados de inestimável relevância ambiental por organizações ambientais nacionais e internacionais. O documento também afirma que nas áreas de preservação,

---

[8] INSTITUTO FLORESTAL. Disponível em: <http://www.iflorestal.sp.gov.br/institucional/index.asp>. Acesso em: 12 mar. 2009.

a água, o solo, e a diversidade genética estão protegidas para esta e as futuras gerações, sem dizer os efeitos benéficos sobre o ar e o clima de modo geral. Segundo o Instituto os remanescentes resguardam espécies da fauna, flora e microorganismos endêmicos e aquelas ameaçadas, sendo que, para muitas delas, as UCs são o único espaço que possibilita sua sobrevivência. A preocupação do Instituto na preservação desses ambientes existe também, porque é na biodiversidade que pode estar a cura dos mais diferentes tipos de doenças. Estima-se que a vegetação natural, sob administração do Instituto Florestal acumule mais de 70 milhões de toneladas de carbono, considerando apenas a parte da vegetação que se encontra acima do solo, colaborando substancialmente para amenizar o efeito estufa.

Aspecto importante do documento salienta que a administração das Unidades de Conservação requer do Instituto a tarefa de gerenciar os parques estaduais, atender à visitação pública, promover o lazer e a educação ambiental. A missão institucional encontra-se calcada no tripé pesquisa, conservação e produção, auxiliando as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sócio-econômico, fomentando e realizando ações de proteção do patrimônio natural e cultural e o desenvolvimento sustentável.[9]

O Instituto Florestal tem a Divisão de Reservas e Parques Estaduais (DRPE) que administra algumas categorias de Unidades de Conservação, como a Estação Ecológica Juréia-Itatins, além de ter a função de criar outras unidades e implementar políticas para a conservação. Também tem a função de elaborar planos de ação com outras instituições públicas ou privadas, como no desenvolvimento de projetos em parceria com as Universidades e contribuir para elaboração, consolidação, aperfeiçoamento das legislações de proteção à biodiversidade e políticas para as unidades de conservação.

O Instituto Florestal ainda abriga projetos procedentes de universidades públicas e privadas, instituições de pesquisas e organizações não governamentais entre outros, representando uma demanda cujos números vêm apontando uma estabilidade a partir de 2000, entre 100 a 170 projetos anuais. Cabe à Comissão Técnica e Científica do Instituto Florestal – COTEC, criada a partir da Portaria do Diretor Geral de 13/07/1989,

---

[9] INSTITUTO FLORESTAL. Disponível em: <http://www.iflorestal.sp.gov.br/institucional/index.asp>. Acesso em: 12 mar. 2009.

receber e proceder aos encaminhamentos necessários até a aprovação desses projetos, assim como o acompanhamento destes. De 1988 até 2005 a COTEC cadastrou e aprovou a execução de cerca de 1256 projetos a serem realizados nas áreas de proteção ambiental sob administração do Instituto[10]. Os projetos são enquadrados em macrotemas estabelecidos pela Portaria CINP nº 50[11]: (a) Avaliação de impactos sobre o meio físico e biótico e recuperação de áreas degradadas; (b) Conservação de recursos naturais: planejamento, manejo, educação ambiental e uso sustentado; (c) Economia e políticas ambientais; (d) Levantamento, diagnóstico e investigação do meio físico e da biodiversidade; (e) Tecnologia, certificação, produção e comercialização de recursos naturais.

Segundo informações do Instituto Florestal a distribuição dos 452 projetos de pesquisa registrados pelo órgão no triênio 2003-2005, está dividida em macrotemas CINP e apresenta uma expectativa de geração de conhecimento de forma irregular nesses macrotemas. O macrotema (d) teve o maior número de projetos: 320 realizados por organizações externas, 22 na parceria com o Instituto e 7 executados por ele mesmo. Já o macrotema (c) que está relacionado mais ao foco desta dissertação teve um número muito menor de projetos, apenas 62 propostos por organizações externas, 9 através de parcerias e 4 executados pelo próprio Instituto Florestal[12]. Vale salientar que estes projetos são efetuados em todas as unidades de conservação administradas pelo Instituto. No triênio em questão foi possível identificar 32 projetos oriundos de práticas acadêmicas na Estação ecológica Juréia-Itatins, entretanto não constam no texto oficial os projetos que foram desenvolvidos apenas na área ora estudada, o Itinguçu, e nem a natureza dos mesmos.

Percebe-se que o poder público tem de algum modo coberto o que consta na legislação quanto à realização de pesquisas para conservação das áreas protegidas, no entanto, no que se refere à presença humana, são poucos os projetos desenvolvidos,

---

[10] INSTITUTO FLORESTAL. Disponível em:< http://www.iflorestal.sp.gov.br/programas/programas.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2009

[11] SÃO PAULO (Estado). Portaria CINP nº 50, de 16 de outubro de 1997. Estabelece diretrizes de política de pesquisa ambiental da CINP para apreciação de novos projetos de pesquisa. **Diário Oficial do Estado**, Poder Executivo, São Paulo, 18 out. 1997. Seção I, p. 51.

[12] INSTITUTO FLORESTAL. Disponível em:<http://www.iflorestal.sp.gov.br/institucional/index.asp>. Acesso em: 12 mar. 2009.

estando os mesmos inseridos no macrotema “Conservação de recursos naturais: planejamento, manejo, educação ambiental e uso sustentado”.

O que se deve levar em consideração aqui e que pode ser corroborado com a argumentação de Dilermando (2004) é que desde que o Estado incluiu a vertente ambiental em suas ações, ela tem se regulado na intervenção e resolução dos problemas através da técnica. Para o autor, a partir do momento que o Estado foca sua forma de atuação na resolução dos problemas ambientais dentro de uma visão tecnicista, ele deixa ou acaba excluindo de sua visão outras leituras que se fazem importantes para compreensão das situações como um todo, leituras e interpretações, como por exemplo, de ordem social e cultural, oriundas das populações que vivem em áreas protegidas. A análise dos objetivos do Instituto, de um modo geral, permite identificar uma proposta essencialmente técnica e certa contradição entre o discurso e a ação.

Mas o discurso do Estado tem demonstrado uma mudança no decorrer da história; atualmente, a legislação já contempla a participação das populações locais nos processos decisórios, mas efetivamente esta abertura tem acontecido em pequeno grau.

Percebe-se, a partir do depoimento de funcionários da administração do Instituto Florestal, que algumas decisões em relação à criação da Estação se deram de modo a não envolver a população local, sem que os moradores pudessem opinar e até mesmo ter conhecimento deles. De acordo com o depoimento de O., Peruíbe, 2008 “*Certas decisões são tomadas sem o conhecimento da população local com a intenção de minimizar conflitos*”.

De todo modo, pode-se observar que a administração local do Instituto Florestal, na Estação, buscou promover um acordo social com moradores do Núcleo Itinguçu. Como o bairro é visitado por um intenso fluxo de turistas em alta temporada, a administração da Estação recrutou moradores para atuarem como monitores ambientais, principalmente, na Cachoeira do Paraíso. E permitiu a exploração do comércio de produtos alimentícios, por alguns moradores, em barracas precárias próximas à cachoeira.

No ano de 2006, com a perspectiva de mudança da legislação referente ao Núcleo Itinguçu, transformando-o em Parque (tal mudança será tratada mais adiante) já o órgão trabalhava na construção de um Centro de Visitação turística e teria como proposta a construção de quiosques de alvenaria para a venda de produtos alimentícios para turistas, tendo como meta a remoção das barracas dos moradores locais. Segundo a administração do Instituto Florestal as novas barracas deveriam ser alocadas para as famílias do bairro.

Aspecto importante a salientar é o referente aos Conselhos Consultivos e deliberativos. A Lei 9985/00, que institui o Sistema Nacional de UCs no Brasil, estabelece que a criação, dos mesmos deve contemplar os vários setores da sociedade, colaborando para uma gestão mais integrada e participativa.

Ocorre, entretanto, que existe dificuldade em colocar em prática tal resolução. Durante a pesquisa no núcleo administrativo da Estação percebeu-se por meio dos depoimentos dos funcionários do IF, que inclusive as discussões desses Conselhos deliberativos e consultivos tinham pauta pré-determinada pela própria administração. Quando questionados em relação à discussão da pauta, principalmente, com os integrantes dos conselhos deliberativos, uma funcionária alegou a dificuldade de fazer o diálogo fluir e que esta era a única alternativa para que as reuniões caminhassem a contento.

É possível inferir com base nessa afirmação, a dificuldade de diálogo entre o Instituto e a população, levando à falta de participação popular nos processos decisórios e na criação de políticas ambientais, o que pode se tornar fonte de conflitos e entraves na resolução dos problemas ambientais.

A racionalidade econômica e instrumental, detentora do conhecimento e do agir ambiental, que fundamenta o modo de proteção dos recursos naturais pelo Estado pode ser observada. As palavras do Secretário do Meio Ambiente Francisco Graziano Neto[13] quando entrevistado para falar sobre a Unificação das Agências Ambientais, em Iguape, revelam tal racionalidade, ao se referir à criação de mais uma Agência unificada *"(...) representa um ganho para a qualidade do licenciamento"*, e acrescentando que a

[13]GOVERNO DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/sis/lenoticia.php?id=90387>. Acesso em: 10 out. 2008

nova unidade unificada terá duas tarefas primordiais: a reorganização dos procedimentos para cuidar da preservação da região, onde está localizada uma das mais importantes reservas naturais do Estado, a Estação Ecológica Juréia-Itatins; e auxiliar no desenvolvimento sustentável da região. *"O grande desafio é dar ao valor ambiental e o interesse econômico adequado",* disse.

A visão do Secretário demonstra o caráter economicista das decisões do Estado, postulado pela racionalidade moderna. Para Leff (2006) o discurso do desenvolvimento sustentado garante a promoção do crescimento econômico negando as condições ecológicas e termodinâmicas que fundam os limites e possibilidades de uma economia sustentável. A natureza está sendo incluída ao capital por meio de um duplo movimento estratégico, por um aspecto, busca-se internalizar os custos ambientais do progresso infligindo valores econômicos à natureza, ao mesmo tempo, que se dota de meios adequados para uma intervenção simbólica, que recodifica o homem, a cultura e a natureza como formas aparentes de uma mesma essência, o capital.

A visão apresentada pelos representantes do poder público em relação à população do Itinguçu parece ser de que esses moradores degradam o ambiente e geram conflitos. Isto se constata até mesmo no depoimento de um guarda-parque, funcionário do Instituto Florestal: "*eu acho que com a retirada dos moradores do Itinguçu muitos problemas que a gente sofre vão acabar, isso porque a gente fiscaliza as atividades ilegais, que é a caça, a extração do palmito, os flanelinhas que guardam os carros pros turistas, tudo isso vai sendo controlado. Esses flanelinhas são terríveis, muitos vêm de Peruíbe e até roubam os carros que ficam parados quando os turistas vão até a cachoeira e o duro que a gente não pode falar nada porque esses caras andam até armado,você acha que vou me arriscar por nada?".(* D[14]. Itinguçu, 2007)

Conforme o depoimento, o entrevistado concebe os moradores, como uma ameaça a sua segurança, principalmente, por conhecer as histórias de ocupação da área, "*as lutas com facão*", com relação às mortes que aconteceram no passado pela posse da terra. Ele afirmou que os moradores exploram o palmito na Estação, e por esta razão demonstram que não tem o cuidado devido com o meio ambiente.

[14] A identidade dos entrevistados foi preservada, sendo estes identificados pela primeira letra do nome, além do local onde moram e o ano em que foi realizada a entrevista.

Nota-se que existem diferentes visões dos representantes do próprio Estado. Alguns ainda acreditam na visão preservacionista, ou seja, aquela que exclui populações humanas de áreas protegidas. Por outro lado, uma parcela de representantes do Estado tem assimilado o discurso conservacionista, o qual acredita na viabilidade da participação das populações na gestão dessas áreas.

Poder-se-ia inferir que o discurso conservacionista assumido aos poucos por integrantes do Estado tem tomado corpo, em decorrência do aumento de estudos da relação homem/natureza no meio acadêmico, tais como os de: Diegues (1994, 1998); Adams (2000); Sanches (2003[15], 2004); Panzutti (2003); Begossi (1993). Tais pesquisas discutem a ação do Estado e como ela interfere, ou não, na dinâmica da paisagem e dos ecossistemas. Esse discurso acadêmico que busca também entender a ação do homem sobre a natureza, parece ter sido aos poucos internalizado pelo poder público na definição de novas leis. Os estudos sobre a complexidade da relação humana com o ambiente mostram uma perspectiva diferente, qualificando o homem, não propriamente como agente de degradação, como culpado pelos problemas ambientais existentes, mas dotado de particularidades culturais. Esse discurso antropológico tem sido reconhecido pelo poder público, talvez mais por pressões oriundas dos movimentos socioambientais do que pela assimilação de uma racionalidade ambiental, conforme defende Leff (2006), que levaria em consideração a equidade, o direito a terra, a democracia.

2.3.2 A visão dos moradores

Como foi apresentado anteriormente, a área que corresponde hoje à Estação Ecológica Juréia-Itatins sofreu mudanças de inúmeras ordens, tais como: as disputas pela terra por agricultores migrantes oriundos de diversas partes do Brasil, a

---

[15] SANCHES, R.A. **Ocupação humana na estação Ecológica Juréia Itatins:** situação em 2003**.** Relatório de viagem (documento não publicado). São Paulo, 2003.

especulação imobiliária, a pretensa utilização da região para construção de usinas nucleares e a transformação da área em U.C. (PANZUTTI, 2002)

Ao se analisar os dados documentais obtidos, principalmente, nas pesquisas de Panzutti (2002, 2003), nos Relatórios provenientes da Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista – SUDELPA, no Instituto Socioambiental – ISA (1998a; 1998b; 1998c) e no trabalho de campo realizado neste estudo, observou-se uma variação constante nas decisões do Estado em administrar os problemas oriundos, em grande parte, dos conflitos existentes na região entre população local e o próprio Estado.

O trabalho de campo realizado neste estudo demonstrou certa contradição existente entre o discurso e a ação dos moradores do Itinguçu. A população local se apoderou do discurso ambientalista na perspectiva de defender seus interesses, inclusive quando afirma que possui os mesmos direitos das chamadas populações tradicionais. Para os moradores mais antigos não existe diferença entre eles e os caiçaras. Segundo o Sr. A. Itinguçu, 2008 eles tem uma boa relação com o ambiente, pois "*é daqui que nós tiramos o sustento, não posso dizer pra você que a gente não caçava ou tirava palmito porque estaria mentindo, mas não tenho vergonha disso não, a gente tinha que comer e ainda tem só que agora é tudo proibido. A gente não tirava as coisas da mata pra degradar, era só pra poder comer. Essa terra é nossa, você sabe a quanto tempo vivo aqui? Tem mais de trinta anos, quem disse que não sou tradicional?"*

No entanto, apesar de afirmarem que não exploram mais o palmito, durante levantamento de campo observou-se à presença de moradores na feira livre de Peruíbe, vendendo o mesmo.

Segundo relatos de funcionários do Instituto, os moradores mantêm relações comerciais com índios que vivem na região. Os mesmos têm permissão para extrair palmito e retirá-lo da Estação, exercendo papel de transportadores do palmito extraído da mata clandestinamente pelos moradores locais.

*"Os moradores fazem acordo com os índios, como eles podem retirar palmito da Estação, porque a lei permite então os moradores cortam o palmito na mata de noite, dão pros índios e eles só têm o trabalho de tirar aqui da Estação, depois eles vendem na feira ou pra empresa de palmito". (*M. Juréia, 2007).

Os funcionários do Instituto justificam tal comportamento explicando que a extração de palmito se intensificou com a dificuldade de manutenção das roças. Segundo P. Itinguçu, 2007: "*Os moradores ficaram sem ter como ganhar a vida, sem a roça à coisa ficou feia, o que eu sei é que tem gente aí* (moradores) *que chegam a ganhar R$ 500,00 por mês com a venda do palmito, só que o povo não vê que está acabando as palmeiras*".

Não se trata de estabelecer discussões se a população degrada ou não este ambiente e se seu comportamento condiz com os critérios de preservação estipulados pelo Estado. O que cabe aqui analisar é qual a visão que esses moradores possuem de seu habitat, o que Leff (2001) define como o *locus* em que se estabelece e se define a territorialidade de uma cultura, a espacialidade de uma sociedade e de uma civilização, onde se compõem os sujeitos sociais que delineiam o espaço geográfico apropriando-se dele, habitando-o com suas significações e práticas, a partir de com seus sentidos e sensibilidades.

O que se observa com a implantação da Estação Ecológica Juréia-Itatins é uma sobreposição de territórios, o primeiro já existente, onde parcela da população local viveu, conheceu, construiu, projetou valores e sonhos; o outro estabelecido e delineado pelo Estado como unidade de conservação que deve ser mantida e administrada. Deve-se ter claro que os moradores que ocupam historicamente o habitat designado à preservação ambiental através da implantação da U.C. precedem a divisão do território institucional. Entretanto, no caso do Itinguçu, a maioria não possui documento de posse da terra, não se constituindo, desta forma, proprietária legal. Na medida em que não tem a posse da terra, a população fica enfraquecida ao reivindicar seu uso, mesmo tendo nela o alicerce material para manutenção de sua sobrevivência.

Além de ocorrer, por parte da população do Itinguçu, uma apropriação material deste habitat, também existe uma apropriação simbólica, alicerçada e fundamentada no fato de ter a terra, principalmente, depois de todas as disputas ocorridas há anos, o sentimento, enfatizado por Leff (2001), de pertencimento e de identidade territorial.

Assim, quando o Estado delimita um novo território soberano, considerando a população local excluída dele, esta passa a ser invasora. Os moradores do Itinguçu

passam a vivenciar, então, uma experiência de não pertencimento à terra em que vivem há cerca de trinta anos.

A falta de diálogo entre o Estado e a população local perdurou por anos, gerando um sentimento de desconfiança por parte dos moradores. Esse aspecto pode ser identificado nos depoimentos dos diversos atores que foram foco deste estudo.

O modo como as decisões são tomadas foi referenciada por um funcionário do Instituto, morador local. Criado na Juréia, seu pai é pescador na RDS Barra do Una e segundo ele sua família tem a garantia de permanecer na Estação por ser considerada tradicional dentro do estabelecido pelo SNUC. No entanto, acredita que muitos dos problemas que foram ocorrendo no Itinguçu são provenientes das decisões equivocadas do Estado.

Para M., Itinguçu, 2008 *"Não adianta o governo decidir as coisas atrás da mesa, se tivesse bastante gente pra trabalhar nesse lugar, desde o começo as coisas seriam diferentes, o duro é que o Florestal* (Instituto Florestal) *pede pra gente fiscalizar, mas você acha que dá pra gente enfrentar palmiteiro armado no meio do mato e a gente sem arma nenhuma, isso é bem comum por aqui e minha casa fica pertinho, não quero arriscar minha vida, o duro é que o Florestal não vê a realidade, bom sei lá se não vê".*

Também há depoimento sobre as dificuldades que enfrentam na produção agrícola, que consideram serem provenientes das restrições impostas pela legislação que rege a Estação. Como essas restrições os impedem de produzir de forma compatível com as exigências do mercado agrícola e ainda com as dificuldades relacionadas à comercialização de seus produtos, aos poucos esse tipo de trabalho se tornou inviável, gerando o desinteresse e o abandono desta atividade pela maior parte dos moradores.

O morador acima citado se refere a decisões contraditórias que foram tomadas desde a criação da Estação Ecológica. De acordo com M., Juréia, 2007: "*Aqui é proibido plantar desde que o meio ambiente chegou, mas teve um diretor há 20 anos que permitiu os moradores vender os produtos da roça pros turista que vinha na cachoeira, era mandioca, banana, essas coisas. Depois disso o pessoal aí* (moradores) *começaram a vender comida e bebida, se não podia vender porque é Estação, errado*

foi o diretor permitir isso, aí que moral tem a administração pra fala que não pode." O estado precário das barracas pode ser observado através da Figura 6.

Figura 6 - Foto das barracas no Itinguçu
Fonte: Jerusha Mattos Câmara

Como as atividades exercidas antes da implantação da Estação foram proibidas, os moradores passaram a depender, principalmente, do turismo, seja pela venda de produtos alimentícios ou pelo trabalho de monitoria ambiental, permanecendo ilegais de acordo com a legislação vigente, ainda que com a anuência do Instituto. Vale esclarecer que o Instituto Florestal, liderança da administração local da Estação, buscou promover um acordo social, a fim de minimizar os conflitos com moradores do Núcleo Itinguçu. Como o bairro é visitado por um intenso fluxo de turistas em alta temporada, a administração da Estação recrutou moradores para atuarem como monitores ambientais, principalmente, na Cachoeira do Paraíso, além de permitir a exploração do comércio de produtos alimentícios, por alguns moradores, em barracas precárias próximas à cachoeira.

Por outro lado, o contato mais acentuado com os turistas levou, principalmente, os jovens a assimilarem os valores oriundos dos grandes centros, acirrando uma necessidade de consumo que antes não existia.

Segundo Panzutti (2002) os principais problemas existentes até hoje entre o Estado e a população local se deram porque o governo tentou de todas as formas organizar no Itinguçu, o comércio de produtos alimentícios aos turistas. A intenção, conforme a autora era criar determinações que pudessem permitir aos moradores permanecer trabalhando legalmente dentro da Estação Ecológica. A partir da argumentação da autora e das observações realizadas no campo é possível afirmar que a ilegalidade subtendida nas práticas cotidianas dos moradores foi gerada pela criação da Estação, principalmente, considerando que dos entrevistados deste estudo, muitos estavam na área antes do estabelecimento do decreto que constituiu a unidade de conservação. Corroborando a fala da autora: "eles não entraram para ocupar a área da Estação, a Estação se sobrepôs à ocupação dos moradores".(PANZUTTI, p. 30, 2003).

Em relato feito pelo jovem R. de 17 anos que vive no Itinguçu desde que nasceu, essa nova realidade pode ser constatada: "*Fiz o curso de vigilante e agora trabalho pra empresa Capital, é bom porque meu posto é do lado de casa, ganho mais ou menos 720,00 reais por mês e estou pensando até em comprar uma moto pra mim. Viver aqui é bom, só que estou cansado dessa vida, a gente nunca sabe se vai permanecer aqui, é por isso que tenho irmão trabalhando em Itanhaém, em Peruíbe e tem um lá em Santos, isso porque tem que procurar uma vida melhor, assim a gente pode comprar o que tem vontade, não tudo a gente sabe, porque também o dinheiro não é tanto assim.*"

Para o jovem, entrevistado, os problemas enfrentados pelos moradores não terão fim e afirma que não adianta viver sem "dignidade". Segundo o jovem, a família passou por muitas privações em decorrência das mudanças que ocorreram com a implantação da Estação e até hoje sofre com a falta de energia e de saneamento básico, "*tudo aqui é precário, a gente na verdade mora na barraca porque aqui tem luz, em casa não tem energia, como a gente pode guardar comida, tomar banho, ver TV. Aqui a gente se amontoa, mas pelo menos tem luz*".

Os moradores expressam que o uso da terra e a garantia de utilização dos recursos naturais estão intrinsecamente relacionados ao conceito de qualidade de vida. A senhora M., Itinguçu, 2008 apresenta essa visão quando afirma: "*a gente nem quer*

tanta coisa assim, só queria energia, escola e ônibus sempre que precisar, você viu que coisa feia o esgoto ali atrás das barracas? É filha a coisa está brava, tem até rato pra ajudar (risos), ninguém aqui pensa em destruir a natureza, porque é disso que a gente vive, só queria ter uma vida tranqüila, sem briga com o Florestal, teve até gente que veio aí tentar ajudar a gente a ganhar um dinheirinho (pesquisadores de universidades com projetos pra geração de renda), *mas o povo aqui está sem vontade de fazer nada, está sem fé que alguma coisa dê certo*".

A fala da moradora do Itinguçu pode ser entendida a partir de Leff (2001), segundo o qual, o conceito de qualidade de vida coloca ênfase nos aspectos qualitativos das condições de existência, além de seu valor econômico, da normalização das necessidades básicas e de sua satisfação através de programas de benefício social.

Seria reduzir demais dizer que a população do Itinguçu se relaciona com o ambiente de modo predatório, pois segundo o autor, a noção de qualidade de vida está relacionada a noções de bem-estar, nível de renda, condições de existência e estilos de vida.

Observa-se que os moradores que geram renda a partir do comércio, ao escolherem as áreas para as barracas, não levaram em consideração questões relacionadas à proteção ambiental. Em entrevista com alguns "barraqueiros" nota-se que foi priorizada a proximidade das barracas com a Cachoeira Paraíso. Logo, a área de uso comum, determinada pelos moradores segundo suas concepções, são a cachoeira, barrancos e matas administradas pelo conjunto de moradores da área, onde se desenvolve o usufruto coletivo. São áreas abertas, não são de domínio privado e nem estão disponíveis à apropriação individual, apesar de existir um acordo entre os comerciantes de qual espaço é de quem, no entanto esses "espaços abertos" estão vinculados ao mercado, pois seus produtos são vendidos e comercializados nesses locais.

Percebe-se, no decorrer das entrevistas, o desconhecimento de questões legais e ambientais, por parte dos moradores, na definição de onde deveria ser a localização das barracas. No entanto, ao receberem a visita do geólogo que explicou que a atual área ocupada é Área de Proteção Permanente e propícia a alagamento, não fez com

que servisse de justificativa para que reconhecessem o problema. Os moradores apenas levaram em consideração as questões comerciais.

Essa realidade é observada através da fala de A. Itinguçu, 2008 "*olha a gente quer garantir o sustento da família, o pessoal do manejo vem aqui e diz que o lugar que a gente está não pode ficar que é área de APP, só que eles vão colocar os novos quiosques num lugar que a gente não quer, fica mais longe da cachoeira, só que a gente tenta negociar e não adianta o florestal não quer saber, não entendo essas coisas, a gente já está na área a mais de 15 anos, é essa história do ambiente de novo, às vezes tenho vontade de ir embora daqui, porque no fim é sempre a mesma coisa*".

De acordo com Panzutti (2003), a indeterminação legal e dominial gera a estagnação, o abandono da atividade agrícola de subsistência e o redirecionamento das atividades para o setor da economia informal por parte dos moradores. Muitos dos antagonismos existentes hoje entre população e Estado derivam das dificuldades produzidas a partir da implantação de uma Unidade de Conservação sobre um espaço ocupado, habitado por pessoas que possuem costumes e necessidades cotidianas que nem sempre condizem com os princípios de preservação e nem foram levados em consideração.

Panzuti (2002), numa análise sócio-econômica, registrou a alteração do modo de vida e das relações sociais dos moradores de Itinguçu. Identificou que, a partir das mudanças da vida familiar, alicerçadas na produção agrícola familiar, a solidariedade de vizinhança, que tinha por base a associação das famílias, entrou em decadência. Essa alteração familiar ocasionou uma fragilidade nas regras sociais de organização do grupo que passou a perder suas referências e provocou desestruturação social.

Segundo Bauman (2001) existem alguns fatores que caracterizam uma comunidade ideal, ela é fundamentalmente "um mundo total", onde tudo que se necessita para uma vida significativa e compensadora lhe é oferecido. O autor ainda esclarece que a comunidade tem que ser "étnica", ou uma comunidade imaginada no padrão de uma comunidade étnica. Isso porque "etnicidade", tem a vantagem de "naturalizar a história", na qual se apresenta o cultural como "fato da natureza", o usufruir liberdade como "necessidade compreendida (e aceita)". Para Bauman, significa que ser integrante de uma etnia estimula a ação: deve-se optar pela lealdade a sua

natureza – deve-se tentar, com o maior esforço e sem descanso, viver à altura do modelo e assim contribuir para sua preservação.

Os moradores do Itinguçu demonstraram, no decorrer desse trabalho, que interesses individuais são mais importantes do que os interesses coletivos, a luta pela sobrevivência diária tem gerado um distanciamento entre os moradores na defesa de interesses comuns. Como migraram de lugares distintos e ocuparam a região depois de inúmeros conflitos e disputas pela posse da terra, não possuem o que Bauman define como “etnicidade”, não se sentem integrantes de uma mesma natureza. Ao analisar-se a conceituação de comunidade apresentada pelo autor observa-se que a população do Itinguçu não apresenta nem mesmo características de comunidade.

Conforme as entrevistas realizadas, é possível afirmar que os moradores demonstram em seus relatos uma incerteza quanto à possibilidade de permanecerem ou não na área. Eles continuam nesta indefinição desde a transformação da área em Estação Ecológica. Tal fator tem suscitado, principalmente, nos jovens, “a falta de perspectiva no que se refere à obtenção da terra, seja para plantar, seja para morar, leva à busca de colocações em atividades informais nos centros urbanos, ou seja, novamente a migração” (PANZUTTI, 2002).

Dentro do panorama observado, atualmente, percebe-se que além do comércio local ser a principal fonte de renda, há outras fontes como: o trabalho de monitoria ambiental, os guardadores de carros, os empregos formais em Peruíbe e a exploração ilegal de palmito – atividade esta já praticada desde a ocupação da área, mas intensificada com a implantação da unidade de conservação.

Panzutti (2002) narra em detalhes os diversos conflitos enfrentados pela população local no Itinguçu. O sentimento de abandono e de injustiça apresentado pela autora através da fala dos moradores tem se estendido até os dias de hoje. Este estudo pôde constatar, em dois anos de trabalho de campo, que o discurso não se alterou.

Segundo o morador A. Itinguçu, 2008: *“Ninguém faz nada pra ninguém, aqui até hoje a gente só teve promessa, promessa de que os problemas com a terra seriam resolvidos, que a gente teria a chance de ficar aqui e tocar a vida, vivo da minha barraquinha, mas já plantei muito por aqui, quando cheguei, já faz mais de 30 anos tive que lutar pela terra no facão, a coisa aqui era brava, aí depois de tanta luta, chega o*

meio ambiente e diz que a gente tem que sair daqui. Você não acha que isso é errado? Porque é muito errado, a gente luta nessa vida pra ver o resultado do suor do trabalho e agora tenho que sair, você sabe que só eu aqui (no Itinguçu) *tenho usucapião?Quero ver o governo pagar e coitada dessa gente daqui que vai ter que aceitar o que o governo oferecer."*

O que fica evidenciado no discurso dos moradores é que eles não entendem porque o Estado foi realizando algumas melhorias no Itinguçu, sendo que o SNUC não permite a existência de moradores na área. Um morador inclusive apresentou seu questionamento em um de seus depoimentos. O Sr. A. afirmou *"não entendo como a Prefeitura de Iguape me cobra durante 15 anos um imposto que me autoriza manter minha barraca aberta, esse ano fui pagar e eles não quiseram receber, agora entendi, como pode cobrar imposto se a lei diz que a gente não podia estar nem aqui e muito menos vendendo as coisas".* O discurso dos moradores demonstrou em muitos momentos a atitude contraditória do Estado, a moradora R., Itinguçu, 2007 disse que "*A gente teve uma reunião com a Jeannette* (Atual diretora do Parque Itinguçu – funcionária do IF) *pra falar sobre a retirada dos moradores daqui, disseram que o governo estava tomando as providências, só que ela prometeu cadastrar a gente naquele programa Luz para todos, ué! Se a gente não pode morar aqui, se é proibido,porque ela vai trazer luz pra cá? Acho que é tudo desculpa pra manter a gente quieto, faz promessa que não vai cumprir pra gente parar de pressionar".*

A proximidade com a cidade gerou, principalmente, nos jovens, conforme referido, um distanciamento da vida no campo, da vida que seus pais levavam na Estação, através do trabalho na roça. Além de propiciar uma mudança nas relações destes moradores com a natureza. O que se observa através do discurso dos moradores é que o lugar de onde tiravam o sustento passou a ser área muitas vezes para exploração. Um jovem quando entrevistado afirmou que *"se a população não tem de onde tirar o sustento, pois o governo proibiu tudo, está certo o pessoal pegar o palmito na Estação, o povo tem que comer, mas eu não faço isso, tenho minha forma de ganhar dinheiro, só que sei quem faz, agora o que você tem que saber é que vem gente de cidade vizinha, que não mora no Itinguçu, pra tirar palmito da mata, a gente às*

vezes até avisa a guarda, só que eles não tem muito o que fazer porque é perigoso, tem gente armada por aí"

Assim, no decorrer deste estudo observou-se uma relação bastante delicada entre os moradores do Núcleo Itinguçu e o Instituto Florestal. Os primeiros se sentem lesados pelas restrições e proibições no uso dos recursos naturais e na melhoria de suas moradias, e o segundo vê a população local como empecilho á conservação da Estação.

As medidas tomadas até os dias de hoje tem se apresentado como paliativo na resolução dos problemas existentes na área. Os inúmeros projetos desenvolvidos pela Secretaria do Meio Ambiente[16] com o intuito de garantir a subsistência das populações existentes na Juréia foram de ordem momentânea para que o quadro sócio-cultural fosse ao menos mantido. Segundo Oliveira (2004) estas medidas foram de pouca eficiência, pois é grande a evasão dos moradores de alguns bairros da Estação. Dissociados de sua realidade cultural e econômica, essas famílias se aglomeram nas periferias das cidades próximas, somando-se à multidão de marginalizados que na maioria das vezes passaram pelo mesmo processo de expulsão de suas terras.

2.3.3 A formação do novo Mosaico da UC Juréia - Itatins

Com o intuito de adequar a legislação à real situação na área EEJI e depois de vários embates das partes envolvidas, foi aprovado o Projeto de Lei 613/2004 na Assembléia Legislativa de São Paulo, alterando os limites da Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI), e transformando a área em um Mosaico de U.C.

No dia 12 de dezembro de 2006, foi sancionada pelo governador Cláudio Lembo a Lei nº 12.406, que altera a Lei nº 5.659, de 28 de abril de 1987, de criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins, exclui, reclassifica e incorpora áreas que especifica e institui o Mosaico de U.C. da Juréia-Itatins, regulamenta ocupações e dá outras providências.

[16] NUPAUB: SÉRIE DE DOCUMENTOS E RELATÓRIOS DE PESQUISA. Disponível em: <usp.br/nupaub/jureiaitatins.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2009.

> "No *Artigo 1º* - Ficam excluídas dos limites da Estação Ecológica Juréia Itatins, criada pela Lei nº 5.649, de 28 de abril de 1987, e reclassificadas na seguinte conformidade, as áreas abaixo elencadas":
>
> *II* - as conhecidas por Tocaia/Caramborê, Morro do Itu, Parnapuã/Praia Brava, Guarauzinho, Barro Branco, Teteqüera, estas situadas no Município de Peruíbe, e Itinguçu e Itinguinha, situadas no Município de Iguape, cujas áreas, acrescidas da parte de mar costeiro, passam a constituir uma nova unidade de conservação, que fica reclassificada como Parque Estadual, passando a denominar-se Parque Estadual do Itinguçu" (BRASIL, 2006).

Esse mosaico (Figura 7) engloba uma parcela significativa da EEJI original, e cria ainda dois Parques Estaduais (PE), duas Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e dois Refúgios Estaduais de Vida Silvestre (RVS). Além disso, foram incorporadas ao Mosaico outras duas Estações Ecológicas (EE Banhados de Iguape – Grande e Pequeno) e as porções marítimas adjacentes. O Mosaico de áreas protegidas da Juréia-Itatins encerra uma área 117.602 hectares, compostos por: EEJI - 92.223 ha (85.270 ha em terra e 6.953 ha no mar); PE Itinguçu - 8.148 ha (5.728 ha em terra e 2.420 ha no mar); PE Prelado - 4.681 ha (2.096 ha em terra e 2.585 ha no mar); RDS Barra do Una - 3.253 ha (302 ha em terra e 2.951 ha no mar); RDS Despraiado - 2.028 ha em terra; RDS Una da Aldeia - 6.789 ha em terra; e RVS - 480 ha no mar.

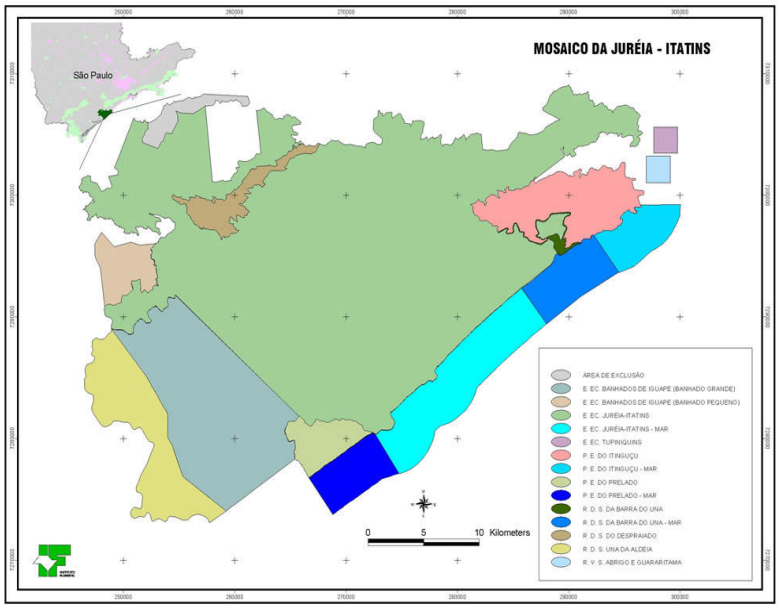

Figura 7 - Mosaico de UCs da Juréia-Itatins, SP

Fonte: Instituto Florestal (2007)

No início das discussões para a criação do novo Mosaico, pensou-se em transformar mais áreas em RDS (Reserva de Desenvolvimento Sustentável), no entanto, o Estado, com cautela, acreditando que a proposta era nova e que possuíam pouco conhecimento sobre seu funcionamento, resolveu diminuir as áreas destinadas a RDS até que, com a experiência daquelas criadas, o Estado obtivesse condições mais concretas de estender a categoria para novas áreas.

O Núcleo Itinguçu foi transformado em Parque, o que possibilitou a legalização das atividades turísticas que já ocorriam na área há cerca de 15 anos, mas essa categoria, ainda assim, não admite presença humana estável e uso direto dos recursos naturais dentro de seus limites.

A grande problemática ainda se refere à permanência da população no local. Em entrevista com funcionário do Instituto, quanto à questão da manutenção dos moradores na área, este afirmou que o órgão está aguardando os processos fundiários que tramitam na justiça. Segundo declarou, os moradores terão que sair da área, já que a categoria para a qual o Itinguçu passou não contempla moradores, mas todos serão indenizados. Aqueles que possuem usucapião poderão estipular a quantia para indenização (apenas um morador possui esse benefício), os outros terão que aceitar o valor determinado pelo Estado, ou seja, judicialmente os moradores terão que ser indenizados, independentemente se possuem documento de posse da terra ou não. O entrevistado acredita que o Instituto tentou durante muitos anos criar medidas para minimização dos conflitos existentes entre o órgão e a população local, principalmente, no que se refere à transparência na tomada de decisões por parte do Instituto.

A diretoria do Parque Itinguçu manifesta uma preocupação por parte do IF em garantir o bem estar das famílias que residem na Estação Ecológica Juréia-Itatins. A intenção do Instituto é definir as “regras do jogo”.

Com a aprovação do novo Mosaico foi requisitado um Plano de Manejo para a área. O trabalho está sendo realizado com auxílio de pesquisadores da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, consultores do ISA (Instituto Socioambiental) e outros profissionais contratados pelo Instituto, a previsão de conclusão é para final do primeiro semestre de 2009. O Instituto espera que com os relatórios, que deverão traçar o perfil dos moradores na Juréia, o Instituto terá condições de definir as medidas

relativas quanto à população local. Ao entender “quem é quem”, o Instituto fará a realocação dos tradicionais; em alguns casos haverá reassentamento, indenizações e até aqueles que não terão direito a nada (posseiros recentes sem posse da terra) serão possivelmente realocados dentro do modelo zots – zonas de ocupação temporária.

Em decorrência da aprovação do Mosaico e da transformação do Itinguçu em Parque constata-se que as relações entre Instituto e população local tem se mantido conflituosas. Os moradores acreditam que o discurso do Estado seja contraditório e o Instituto, na tentativa de garantir que a Lei seja cumprida, não permite que haja uma participação efetiva dos moradores nas decisões relativas ao Parque.

Quando questionado sobre a transformação do Itinguçu em Parque e não em RDS - já que esta contemplaria populações em seu interior – o funcionário do Instituto acima referido, respondeu que a área já tinha perfil turístico, recebendo cerca de 26000 pessoas em alta temporada.

Conforme já citado anteriormente, foi construído um Centro de Visitação que conta com ampla sala de conferência, equipamento multimídia, cadeiras estofadas, banheiros, cozinha, sala para divulgação de informativos e projetos, além de uma sala para exposição de artesanato local. O artesanato exposto hoje é de artesãos de Peruíbe, pois segundo informado pelo funcionário do Instituto, não foram encontrados artesãos da Estação que tivessem interesse em expor na área; acredita que a população local se organizará aos poucos para isso.

Em reportagem divulgada em um site local, sobre o novo Mosaico, moradores e ambientalistas afirmam que nada mudou desde a sua formação e reclamam da morosidade do Estado em implantar ações prometidas desde a divisão da Estação Ecológica da Juréia em seis unidades de conservação – entre elas duas Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e dois Parques Estaduais. "Antes tínhamos uma unidade de conservação abandonada. Agora temos seis unidades na mesma situação. O Mosaico é mais um Parque de papel", diz Plínio Melo, diretor-executivo da Organização Não-Governamental Mongue, de Peruíbe[17].

[17] O ECO. Disponível em: < http://www.oeco.com.br/reportagens/37-reportagens/2203-oeco_26661>. Acesso em: 15 set. 2008.

A grande reclamação feita por moradores durante as entrevistas é que permanecer na indefinição os mantém numa constante insegurança, sem saber qual será o destino de suas vidas, onde vão morar e como manterão seu sustento. Segundo relato de R. Itinguçu, 2008 "*ninguém tem a menor idéia do que vai acontecer realmente, meu pai já recebeu a carta de desapropriação, só que parece que não é real, parece que não está acontecendo, agora trabalho pra empresa Capital como guarda patrimonial, fico aqui no Itinguçu, minha casa é logo ali e o que vai acontecer agora é difícil dizer*".

Também a senhora A. Itinguçu 2008 manifesta sua apreensão: "É tão difícil viver dessa forma, gosto de morar aqui e agora tenho que sair, onde vou morar? Nem sei quanto o governo vai me dar e nem sei se vou receber alguma coisa. Tem gente que saiu daqui já faz um tempo e mora na favela em Peruíbe, não queria essa vida pra mim, nem pra minha família. Aqui tenho a minha terra, você me entende?".

Se para o Estado o Mosaico surge como uma possibilidade de minimização dos embates existentes com a população local, e uma forma de legalizar as atividades turísticas numa área proibida pelo SNUC, para os moradores do Itinguçu ele não resolve os problemas, principalmente, a posse de terra.

Observa-se, novamente, que as decisões do Estado são tomadas sem um debate real com a população local e, em contrapartida, os moradores permanecem pouco articulados na defesa de seus interesses.

Cabe ressaltar que nas entrevistas os moradores afirmaram que teria sido melhor se o governo tivesse aprovado RDS, no entanto, quando questionados sobre a compreensão que tinham dessa categoria acabaram se calando ou afirmando que não possuíam muito conhecimento a respeito.

Fato interessante a ser mencionado é a presença de ONGs na intermediação entre moradores e o poder público. Segundo relato de alguns moradores o presidente da ONG União dos Moradores da Juréia – UMJ visitou a área antes da aprovação do novo Mosaico com o intuito de convencer a população do Itinguçu a pleitear junto ao Instituto Florestal a transformação do Itinguçu de Estação para RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável e não Parque como era intenção do Estado. Isso poderia garantir, segundo o que foi mencionado pelo representante da ONG, a permanência da

população na área. Mesmo com as diversas reuniões junto à administração da Estação, o pedido da população não foi ouvido. Com a dificuldade em defender seus direitos, a população local passou a ver a UMJ como a única esperança para resolver as questões relacionadas à posse da terra.

Mas nem sempre foi essa a postura dos moradores, porque durante muito tempo – e isso é observado pelas pesquisas desenvolvidas por Panzutti e observadas nos primeiros trabalhos de campo no Itinguçu – que os moradores viam com desconfiança a atuação dessas organizações na região. A partir das entrevistas percebeu-se que a maior parte dos moradores divide e interpreta as ONGs ambientalistas em grupos diferentes, mas sempre como adversários da população, por seu caráter preservacionista radical, ou por defender interesses políticos de uma minoria.

Nos momentos de conversas informais observou-se que os moradores acreditam que as ONGs são sinônimo de desvio de verba pública para benefício de seus integrantes e não para resolver os problemas da população local. A restrição se estende também a outras instituições, como universidades e seus pesquisadores. Em decorrência dos diversos desencontros entre ONGs e moradores, ou entre os últimos com instituições públicas, percebe-se uma generalizada desconfiança da população local com relação a qualquer organização.

Assim, poder-se-ia afirmar que o movimento ambientalista na Juréia não tem contribuído para solução dos conflitos entre moradores do Itinguçu, pelas diferentes concepções sobre a realidade. Para Leff (1998) o movimento ambientalista se diferencia das lutas operárias e camponesas pelo seu caráter trans-classista, estando constituído por diversos atores sociais, mas cuja força tende a diluir-se pelas multiplicidades dos interesses e demandas, além da dificuldade em articular uma frente comum.

Verifica-se que mesmo com a aprovação do Mosaico existem, ainda, algumas situações problemáticas enfrentadas pela administração do Parque no Itinguçu, além da presença dos moradores na área (o Núcleo Itinguçu virou Parque e pela legislação esta categoria também não contempla moradores em seu interior), conforme analisado. Trata-se das divergências que foram geradas com os “barraqueiros”, pois o Instituto quer criar uma padronização construindo quiosques de alvenaria para garantir melhor

infra-estrutura aos turistas na venda de produtos alimentícios, sendo que os comerciantes preferem permanecer onde estão.

Na Figura 8 apresenta-se o mapa de pressões existentes no Itinguçu para uma melhor exemplificação das atividades que são exercidas na área.

Figura 8 - Mapa de pressões na área referente ao Parque Estadual do Itinguçu
Fonte: Otto Hattung – Instituto Florestal (2007)

A proposta do Instituto Florestal é construir oito quiosques com uma medida de 6,0m X 3,2m, onde serão alocados todos os comerciantes existentes na Cachoeira Paraíso. Segundo a administração do Instituto Florestal as novas barracas serão alocadas para as famílias do bairro que já exercem essa atividade e que possuem, atualmente, barracas em situação bastante precária localizadas em área de APP – Área de Proteção Permanente.

Segundo O. Itinguçu, 2008, funcionário do Instituto, o grande problema com os comerciantes está no fato deles não aceitarem o lugar onde serão construídos os novos quiosques, além de reclamarem do tamanho dos mesmos (alegam que são pequenos). No entanto, o funcionário entrevistado afirma que a decisão não foi arbitrária, por estarem embasados em estudos realizados a partir do plano de manejo. O geólogo

contratado para trabalhar no plano, junto com uma pesquisadora da Unicamp, ao visitarem a área ocupada pelas barracas, afirmou que a mesma seria inviável para a construção dos quiosques por duas razões: a primeira por ser APP e, a segunda, por ser área suscetível a alagamentos. Assim, o Instituto não argumentará mais com os comerciantes e, assim que sair a aprovação do ministério público, a aprovação do licenciamento no DPRN e a elaboração da nova planta dos quiosques, o trabalho será executado.

Os moradores A. Itinguçu, 2008 e seu filho, mostram-se inseguros com a concessão de uso, dos quiosques, pois os mesmos serão do Estado e não deles, podendo ser retirados de lá a qualquer momento. A insegurança está relacionada ao preço que será cobrado pela sua utilização, pela falta de definição do tempo de uso e temem que o Instituto alugue para outras pessoas. Estão preocupados com a distância dos quiosques da cachoeira e com o preço que será cobrado pelo Estado.

Da parte do Instituto, parece haver uma tentativa de minimizar a problemática com relação aos moradores e gerar renda. Ao contratar uma nova empresa para cuidar da guarda patrimonial do parque, exigiu que a mesma contratasse moradores do Itinguçu. Desta forma cinco moradores fizeram curso de vigilante para disputar vaga na empresa. Foram contratados 3 e todos trabalham no Itinguçu, com ganho de aproximadamente R$ 720,00. Além da guarda patrimonial, o IF fechou contrato com a UNITUR para contratação de monitores ambientais. A empresa contratou por um ano outros 3 moradores do Itinguçu, estes terão rendimento próximo ao dos guardas da empresa Capital.

A maior parte dos jovens do Itinguçu trabalha para essas empresas ou em Peruíbe. O que se observa é que vivem efetivamente no local apenas moradores antigos, os mais velhos, que vivem como caseiros ou são aposentados, além, das 8 famílias que vivem o ano todo da venda de produtos aos turistas.

2.3.4 A importância da co-gestão como alternativa

Atualmente o Estado tem apresentado um discurso no qual a participação da sociedade nos processos de gestão de Unidades de Conservação é considerada premissa fundamental ao sucesso de suas propostas, estejam elas ligadas à intenção de preservar essas áreas ou de garantir o uso sustentável dos recursos naturais. Os indicadores de políticas públicas para este setor, como as recomendações *do V Congresso Mundial de Parques da União Internacional para Conservação da Natureza* (UICN, 2003), a Lei do SNUC (BRASIL, 2000) e o Decreto 5.758 - que institui o Plano Nacional de Áreas Protegidas (BRASIL, 2006) – apontam para a inserção da sociedade na gestão de áreas protegidas como requisito para que estas alcancem seus objetivos. Nestes documentos são apresentados uma série de objetivos, diretrizes e estratégias a fim de que esta inserção se realize, ponderando questões essenciais, como as relativas às práticas de manejo tradicionais, o reconhecimento de problemas de ordem fundiária oriundos da formação da UC e a repartição justa e eqüitativa dos benefícios advindos de sua gestão.

Quando entrevistada, a diretora do parque, disse que grande parte dos problemas com relação à população local foi gerada numa época em que a intervenção do Estado se fazia pela força, de forma impositiva, com um histórico de conflitos e da falta de diálogo entre órgãos ambientais e os agentes sociais envolvidos na temática de áreas protegidas, gerando mútua desconfiança e afastamento, que tem dificultado, até hoje, a reversão do cenário centralizado de gestão ambiental dominante no país. Para a diretora, o Estado vem buscando encontrar formas de minimizar os problemas oriundos dos embates com a população local e isso pode ser observado, inclusive, pelas tentativas em gerar, a partir de Lei, formas de gestão participativa e de diálogo com as populações locais.

Do ponto de vista do Estado, a inserção da sociedade nos processos de tomada de decisões para a gestão das UCs é avaliada como pré-requisito à formulação das políticas públicas que levem em consideração suas demandas e visões. A legislação brasileira inaugura os Conselhos Gestores das UCs como o lugar oficial de participação da sociedade na sua gestão. Estes têm por função, oferecer direcionamento e controle

social[18], dentre outras. Desta forma, ao unir os atores governamentais e os representantes da sociedade civil, o Conselho compõe espaço fundamental de participação e de negociação entre os diversos atores envolvidos. Conforme o SNUC, os Conselhos devem garantir espaços democráticos. Para exercer seu propósito, os Conselhos devem possibilitar o máximo de representatividade, abarcando os órgãos públicos atuantes na região e as representações da sociedade civil local (BRASIL, 2002).

O que se observa no discurso do Estado é que existe uma tentativa, por parte do poder público, em abrir espaços de discussão e de participação popular nas decisões relativas à administração das áreas protegidas. No entanto, na prática, esses espaços não tem cumprido seu papel e isso pode ser observado pela forma como o Instituto Florestal define quem participa, ou não, dos conselhos e qual pauta deve ser discutida nas reuniões, conforme referido. Em entrevista com a diretoria do Parque Itinguçu foi possível observar que o planejamento das reuniões dos conselhos deliberativos e consultivos era previamente estabelecido pelo Instituto Florestal. Observando a ação dos funcionários da instituição verificou-se que muitos processos decisórios ocorrem em seus escritórios, para "garantir que os conselhos sejam mais eficientes", segundo a diretora.

Para se debater a gestão participativa dos recursos e a importância da participação da população local nos processos decisórios na Estação Ecológica Juréia-Itatins, a contribuição de Leff (2001) sobre a *reapropriação social da natureza,* é oportuna. De acordo com o autor para que este processo realmente ocorra, é necessário garantir a autonomia cultural de cada comunidade, a autodeterminação de suas necessidades e a autogestão do potencial ecológico de cada região em formas alternativas de desenvolvimento. Estes métodos determinam as condições de produção e as configurações do modo de vida de vários grupos da população com relação ao manejo sustentável de seu ambiente. É a partir da articulação de estratégias de poder e

[18] "A Constituição de 1988 fornece subsídio a concepção de controle social, servindo como ferramenta para a concretização da participação popular no processo de gestão política, administrativa e econômica, além de cooperação técnica, apresentando caráter democrático e descentralizado. Dentro dessa lógica, o controle do Estado é exercido pela sociedade na garantia dos direitos fundamentais e dos princípios democráticos balizados nos preceitos constitucionais". Disponível em: <www.mds.gov.br/cnas/politica-e-nobs/pnas.pdf>. Acesso 24 set 2008.

da eficiência dos movimentos sociais na busca pela apropriação da natureza que são garantidos os direitos de propriedade, propiciando a manutenção de práticas alternativas da utilização dos recursos naturais que dependem de condições culturais e sociais diferenciadas.

Entretanto, parece ser necessária uma condição anterior, de educação da população, de capacitação para sua consciência crítica e atuação nos Conselhos representativos.

Quando Leff afirma que é necessário existir eficiência dos movimentos sociais para que se possam garantir práticas sustentáveis observa-se que no Itinguçu esta premissa não está presente. O principal veículo de representatividade da população local é a Associação dos Moradores do Núcleo Itinguçu e tem operado precariamente. Seus membros não são atuantes e durante anos seu presidente não constava no estatuto, não morava mais no Núcleo e defendia a exploração ilegal do palmito. Hoje o novo presidente e seu vice tentam defender os direitos da população nas reuniões do Conselho Consultivo que ocorrem uma vez por mês na Escola do Itinguçu, que é coordenado pela nova diretora do Parque. O grande problema de representatividade política no Itinguçu é que, durante anos, poucos membros da população local se envolviam nas discussões que ocorriam com o poder público, além de existir uma séria desconfiança por parte dos moradores com relação aos representantes do Estado e inclusive de ONGs. Dentro desta perspectiva, é fundamental lembrar que não se estabelece um processo de participação sem que estejam todos os atores envolvidos nesta construção: população local, as organizações não-governamentais e o Estado que estabelece as políticas públicas que determinam condutas (TASSARA; ARDANS, 2006). O que se observa é que não existe unidade de valores e de interesses entre os moradores do Itinguçu, nem entre as diferentes ONGs que ali atuam. E apenas em alguns momentos a população local agiu de forma coesa, com a intenção de fazer prevalecerem seus direitos como cidadãos.

Para Bauman (2001) a fragilidade e transitoriedade dos laços humanos pode ser um preço inevitável para que os indivíduos persigam seus objetivos individuais. Mas essa busca pela individualidade, constatada no Núcleo Itinguçu, tem prejudicado a formação de uma unidade na luta por seus direitos. Segundo Dias (s/d) para que se

concretize o processo democrático é fundamental desenvolver relações sociais que se efetivem através do diálogo e cooperação entre os indivíduos, relações onde não exista dominação de uns sobre os outros, isso por meio de espaços de locução, instrumentos valiosos na criação de novas formas de relacionamento. Cabe ressaltar que para tanto, os indivíduos precisam se identificar através de necessidades comuns a serem satisfeitas, tendo como meio atividades planejadas em conjunto e que impliquem em ações de vários indivíduos, encadeadas para atingir o objetivo proposto.

Além disso, a insegurança notoriamente presente entre os moradores, pela incerteza de seu futuro gerou uma apatia generalizada. Segundo Leff (2004) o princípio de gestão participativa dos recursos ambientais sugere uma democracia direta, em que a atuação cidadã não se reduz ao consenso social que se pode obter por meio dos mecanismos de mediação e representação dos altos níveis da tomada de decisões. Esta democracia desde as bases constitui uma via direta de apropriação dos recursos produtivos, para o manejo coletivo dos bens comuns da humanidade e dos serviços ecológicos da natureza.

Leff (2004) acredita que dentro desta perspectiva de autogestão e para se garantir que os objetivos do desenvolvimento sustentável sejam alcançados, o princípio de equidade deve ser requisito indissociável. Denota dizer, igualmente, que a equidade não pode ser estabelecida por um modelo homogêneo de bem-estar; não está sujeito somente à distribuição do estoque de recursos disponíveis. Dentro do panorama de uma racionalidade ambiental, os objetivos de equidade e de sustentabilidade requerem abolir o domínio do mercado e do Estado sobre a autonomia dos povos, suscitando condições para a apropriação dos potenciais ecológicos de cada região, intermediados pelos valores culturais e pelos interesses sociais de cada comunidade.

O que deve ficar claro é que dentro desta perspectiva, a sustentabilidade ambiental provoca um processo de socialização da natureza, propiciando o manejo comunitário dos recursos alicerçados em princípios de diversidade ecológica e cultural. A participação, deste modo, é um processo social que suscita a interação entre diferentes atores sociais na demarcação do espaço comum e do destino coletivo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises realizadas, na busca por compreender a complexa relação entre Estado e a população local do Itinguçu, algumas considerações são pertinentes nesse momento. As diferentes formas de visões de natureza embasaram as tomadas de decisão do Estado e o comportamento da população local com relação ao ambiente em que está inserida.. O poder público, por muito tempo, fundamentou suas ações na visão de uma “natureza intocada”, sendo o homem agente de destruição ambiental. Por esta razão tomou para si, arbitrariamente, a total e exclusiva responsabilidade de administrar as áreas protegidas, sem permitir que as populações locais tivessem voz nos processos decisórios. Por outro lado, a população local, em decorrência dos diversos desencontros com o poder público, assumiu enfaticamente uma postura de desconfiança e restrição com relação ao Estado, dificultando um diálogo entre essas esferas.

O estabelecimento da Estação Ecológica Juréia-Itatins tem se mostrado como um importante instrumento para proteção da biodiversidade e dos recursos naturais de forma inegável. Entretanto, o dilema atual é conciliar essa proteção com a presença humana e sua necessidade de desenvolvimento econômico, social e cultural. Dentro desta nova perspectiva de conciliação é que o Estado implanta o Mosaico na Juréia, mas as experiências no Itinguçu têm mostrado que não é possível atingir estes objetivos sem a participação da população local.

Existe um organismo legal onde a efetivação dessa participação social deveria ocorrer, os Conselhos Gestores, com a representação de todos os segmentos da sociedade. Através destes, a gestão do meio ambiente pode ser compartilhada.

O presente estudo demonstrou que o processo para uma concreta gestão participativa no Itinguçu ainda está por acontecer. Considerando-se os desencontros ocorridos desde o início da formação da U.C., resta saber se ainda há como reverter tal processo, no sentido indicado.

Uma alternativa viável de transformação da situação existente hoje no Itinguçu envolve uma complexidade de fatores, implicando numa maior flexibilidade do Estado com relação às vozes dos seus moradores de um lado, e de um comportamento mais

consciente, de racionalidade ambiental, nos termos de Leff, também por parte dos moradores, com relação às condições de acesso, manejo e domínio de seus recursos produtivos. (LEFF, 2001). Deste modo, o princípio da gestão participativa dos recursos se associaria a lutas emergentes na busca por uma democracia oriunda das bases, que assinala para uma reapropriação dos recursos naturais e para gestão coletiva dos bens e serviços ambientais das comunidades. Esse é um longo processo a ser construído.

REFERÊNCIAS

ABESSA, D.M.S.; MAGINI, C. **Plano de uso público para a Cachoeira do Paraíso -** P.E. Itinguçu. São Vicente. UNESP, 2006. 246 p.

ADAMS, C. **Caiçaras na Mata Atlântica:** pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental. São Paulo: Annablume; FAPESP. 2000. 336 p.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. **Lei nº 5.649, de 28/04/87 (cria a Estação Ecológica de Juréia-Itatins).** São Paulo, 1987. Disponível em: <http://www.sigrh.sp.gov.br/sigrh/ARQS/RELATORIO/CRH/CBH-BS/218/relbsseg.pdf>. Acesso em: 20 out. 2008.

BAUMAN, Z. **Em busca da política.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000. 213 p.

_____. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 258 p.

BECKER, H.S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1994. 178 p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado, 1988. 158 p.

_____. **Decreto nº 004340 de 22 de agosto de 2002.** Regulamentação da Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000, Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Brasília: Senado, 2000.

_____. **Decreto nº 6.040.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm>. Acesso em: 18 nov. 2008.

_____. Lei n.° 9.985 de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1°, incisos I, II, III e IV da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.**1988. cap. 6. art. 225. Disponível em: <www.presidencia.gov.br>. Acesso em: 01 ago. 2007.

_____. **Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000.** Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Brasília: Senado, 2000.

BRASIL. Secretaria Especial do Meio Ambiente. Estação Ecológica da Juréia. In: **Notícias da Juréia natureza**. Brasília, 1983. v. 1.

COLCHESTER, M. Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas. In: DIEGUES, A.C.S. (Org.). **Etnoconservação:** novos rumos para a conservação da natureza. São Paulo: Hucitec; 2000. p. 225-256.

CONSELHO NACIONAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA. **Mata Atlântica:** ciência, conservação e políticas. São Paulo: SMA. 1999. 36 p. (Workshop Científico Sobre a Mata Atlântica. Documentos Ambientais da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Caderno, 15).

COSTA, G.V.L. **A população do Aventureiro e a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul:** conflitos e disputas sob tutela ambiental. 2004. 111 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2004.

DIEGUES, A.C.S. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: VIEIRA, P.F.; WEBER, J. (Org.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 1996. p. 407-432.

_____. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: USP, NUPAUB, 1998. 169 p.

_____. **O nosso lugar virou parque.** São Paulo: USP, NUPAUB, 1999. 187 p.

_____. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, A.C.S. (Org.). **Etnoconservação:** novos rumos para a conservação da natureza. São Paulo: Hucitec; 2000. p. 1–46.

_____. Caiçaras: território e cultura revisitados. In: CICLO DE SEMINÁRIOS INTERDISCIPLINARES: PAISAGEM E CULTURA CAIÇARA, 2001, São Paulo. São Paulo: USP, NUPAUB, 2001. p. 12–25.

DIEGUES, A.C.S.; ARRUDA, R.S.V. (Org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. 176 p.

DRUMMOND, J.A. A visão conservacionista (1920 a 1970). In: SVIRSKY, E.; CAPOBIANCO, J.P. (Org.). **Ambientalismo no Brasil:** passado, presente e futuro. São Paulo: Instituto Socioambiental; Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo, 1997. p. 19- 26.

DRUMOND, M.A. **Oficina sobre gestão participativa em unidades de conservação:** anais. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 1998. 176 p.

FERREIRA, L.C. Conflitos sociais em áreas protegidas no Brasil: moradores, instituições e ONGs no Vale do Ribeira e Litoral Sul, SP. **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**, Campinas, v. 8, n. 2, p. 115-150, 2002.

GARCIA, F. E as reservas florestais, que fim levaram? **Revista Brasileira da Tecnologia** 17: 47-53. 1986.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Diagnóstico socioambiental do Vale do Ribeira.** Anexo 1: Documento síntese. Relatório, 1998a. p. 24-50.

_____. **Diagnóstico socioambiental do Vale do Ribeira**. Anexo 2: Olhares cruzados, visões e versões sobre a vida, o trabalho e o meio ambiente no Vale do Ribeira. Relatório, 1998b. p. 64–82.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Diagnóstico socioambiental do Vale do Ribeira**. Anexo 4: Referências bibliográficas do Vale do Ribeira. Relatório, 1998c. p. 92–102

LEFF, E. Los nuevos actores del ambientalismo en el médio rural Mexicano. **Ambiente & Sociedade,** Campinas, ano I, n. 2, p. 61–75, 1998.

_____. **Ecologia, capital e cultura:** racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau: Edifurb, 2000. 381 p.

_____. **Saber ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001a. 420 p.

_____. **Epistemologia ambiental.** São Paulo: Cortez, 2001b. 239 p.

_____. **Complexidade ambiental.** São Paulo: Cortez, 2003. 342 p.

_____. **Racionalidade ambiental:** a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 555 p.

LEIS, H.R. **A modernidade insustentável:** as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Petrópolis: Vozes; Florianópolis, Ed. UFSC, 1999. 261 p.

LITTLE, P.E. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. **Tellus,** Campo Grande, v. 2, n. 3, p. 33-52, 2002.

MARETTI, C. Comentários sobre a situação das Unidades de Conservação no Brasil. **Revista de Direitos Difusos,** Florestas e Unidades de Conservação, Brasília, v. 5, p. 633 – 52, fev. 2001.

NEVES, J.L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisa em Administração,** São Paulo, v. 1, n. 3, 1996. Disponível em:<http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2008.

OLIVEIRA, E.R. **Populações humanas na Estação Ecológica Juréia – Itatins.** São Paulo: USP, NUPAUB, 2004. 69 p. (Série Documentos e Relatórios de Pesquisa, 2).

OLMOS, F.; GALETTI, M. A conservação e o futuro da Juréia: isolamento ecológico e impacto humano. In: MARQUES, O.A.V.; DULEBA, W. (Ed.). **Estação Ecológica Juréia-Itatins:** ambiente físico, flora e fauna. Ribeirão Preto: Holos Editora, 2004. p 360-377.

PADUA, J.A. Defensores da Mata Atlântica no Brasil Colônia. **Nossa História,** Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, p. 14-20, 2004.

PANZUTTI, N.P.M. Agricultura familiar em Itinguçu: Estação Ecológica Juréia-Itatins, Estado de São Paulo. **Textos Humanitas/CERU,** São Paulo, n. 9, p. 11-27, 2002.

_____. Migração: esperança de vida e trabalho em Itinguçu. Informações Econômicas, São Paulo, v. 3, n.6, p. 7-21, 2003.

PAZ, R.J.; FREITAS, G.L.; SOUZA, E.A. **Unidades de conservação no Brasil:** história e legislação. João Pessoa: UFPB, Ed. Universitária, 2006. 243 p.

QUEIROZ, R. C. **Multiculturalismo versus Multinaturalismo na Estação Ecológica da Juréia.** XXII Reunião Brasileira de Antropologia. Fórum de Pesquisa 3: "Conflitos Socioambientais e Unidades de Conservação". Brasília. 2000.

RYLANDS, A.B. Unidades de Conservação Brasileiras. **Megadiversidade,** Belo Horizonte, v. 1, n. 1, jul. 2005. Disponível em: <http://www.unifap.br/ppgbio/doc/06_rylands_brandon.pdf>. Acesso em: 12 dez 2008.

SANCHES, R.A. **Caiçaras e a Estação Ecológica de Juréia-Itatins:** uma abordagem etnográfica e ecológica para o estudo da relação homem – meio ambiente. 1997. 209 p. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada) - Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

_____. **Caiçaras e a Estação Ecológica de Juréia-Itatins:** litoral sul de São Paulo. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004. 208 p.

SANT'ANNA, R. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação:** reflexões antropológicas sobre a elaboração de uma lei ambiental. 2003. 195 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

SÃO PAULO. **Decreto n°24.646**, de 20 de janeiro de 1986. Cria a Estação Ecológica de Juréia-Itatins e dá outras providências correlatas. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/193585/decreto-24646-86-sao-paulo-sp>. Acesso em: 24 out. 2008.

SÃO PAULO (Estado). Fórum de Desenvolvimento do Vale Do Ribeira. **Caminhos do futuro:** uma proposta sustentável. Registro, 2000. 78 p.

SÃO PAULO. Secretaria do Meio Ambiente. **Cadastro Geral dos Ocupantes - E.E.J.I.** São Paulo: SMA, Instituto Florestal, Divisão de Reservas e Parques Estaduais, 1991a. 17p.

SILVA, E.L. da; MENEZES, E.M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 3. ed. Florianópolis: UFSC, Laboratório de Ensino a Distância, 2001. Disponível em: <http://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/metodologia>. Acesso em: 20 set. 2008. Acesso em: 22 out. 2008.

SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA: Lei n° 9.985 de 18 de julho de 2000. Brasília: MMA, SBF, 2000.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO LITORAL PAULISTA. **Grupo da terra**: relatório sobre a Estação Ecológica Juréia-Itatins. São Paulo, s/d.

TASSARA, E.; ARDANS, O. (2008, March 31). A relação entre ideologia e crítica nas políticas públicas: reflexões a partir da psicologia social. **Revista de Psicologia Política**, mar. 2008. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/seer/ojs/viewarticle.php?id=95>. Acesso em: 20 set. 2008.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural.** São Paulo: Cia das Letras, 1998. 454 p.

URBAN, T. **Saudade do matão:** relembrando a história da conservação da natureza no Brasil. Curitiba: UFPR, 1998. 371 p.

VIANNA, L.P. **Considerações críticas sobre a construção da idéia de população tradicional no contexto das Unidades de Conservação.** 1996. 217 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

VIERTLER, R.B. Método antropológico como ferramenta para estudos em etnobiologia e etnoecologia. In: AMOROZO, M.; MING, L.C.; SILVA, S.P. **Encontro regional de etnologia e etnoecologia.** Rio Claro: UNESP; CNPq, 2002. p. 11–29.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo